

**CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL UNINTER
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO E NOVAS
TECNOLOGIAS**

MARINEZ SILVA SANTOS SOUZA

**UMA PROPOSTA DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NO
CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INDIGENA**

CURITIBA

2024

**CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL UNINTER
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO E NOVAS TECNOLOGIAS**

MARINEZ SILVA SANTOS SOUZA

**UMA PROPOSTA DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NO CONTEXTO DA
EDUCAÇÃO INDIGENA**

CURITIBA

2024

MARINEZ SILVA SANTOS SOUZA

**UMA PROPOSTA DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NO CONTEXTO DA
EDUCAÇÃO INDIGENA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação – Mestrado Profissional em Educação e Novas Tecnologias, como parte dos requisitos necessários para obtenção do grau de Mestre em Educação e Novas Tecnologias.

Área de Concentração: Educação

Orientadora: Desiré Luciane Dominschek

CURITIBA

2024

S729p Souza, Marinez Silva Santos
Uma proposta de alfabetização e letramento no
contexto da educação indígena / Marinez Silva Santos
Souza. – Curitiba, 2024.
101 f. : il. (algumas color.)

Orientadora: Profa. Dra. Desiré Luciane Dominschek
Dissertação (Mestrado Profissional em Educação e Novas
Tecnologias) – Centro Universitário Internacional Uninter.

1. Indígenas – Educação. 2. Alfabetização. 3. Letramento.
4. Tecnologia Educacional. 5. Inovações educacionais. I. Título.

CDD 371.334

Catálogo na fonte: Vanda Fattori Dias - CRB-9/547

CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL UNINTER
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO-PGPE
PROGRAMA DE MESTRADO E DOUTORADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO E NOVAS TECNOLOGIAS
Secretaria do Mestrado e Doutorado Profissional em Educação e Novas Tecnologias

Defesa Nº 01/2024

**ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO PARA CONCESSÃO DO GRAU DE MESTRE EM
EDUCAÇÃO E NOVAS TECNOLOGIAS**

No dia 07 de março de 2024, às 14h reuniu-se via web conferência a Banca Examinadora designada pelo Programa de Mestrado e Doutorado Profissional em Educação e Novas Tecnologias, composta pelos professores doutores: Desiré Luciane Dominschek (Presidente-Orientador-PPGENT/UNINTER); Joice Estacheski (SEED); Jeferson Ferro (Integrante Interno Titular - PPGENT/UNINTER); Dra. Kellin Cristina Melchior Inocêncio (Integrante Interno Institucional/UNINTER); Luciano Frontino de Medeiros, para julgamento da dissertação: "UMA PROPOSTA DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INDIGENA", da mestranda Marinez Silva Santos Souza. O presidente abriu a sessão apresentando os professores membros da banca, passando a palavra em seguida à mestranda, lembrando-lhe de que teria até vinte minutos para expor oralmente o seu trabalho. Concluída a exposição, a candidata foi arguida oralmente pelos membros da banca.

Concluída a arguição, a Banca Examinadora reuniu-se e comunicou o Parecer Final de que a mestranda foi:

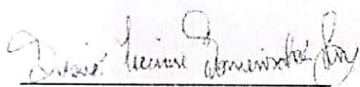
() APROVADA, devendo a candidata entregar a versão final no prazo máximo de 60 dias.

(X) APROVADA somente após satisfazer as exigências e, ou, recomendações propostas pela banca, no prazo fixado de 60 dias.

() REPROVADA.

O Presidente da Banca Examinadora declarou que a candidata foi aprovada e cumpriu todos os requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação e Novas Tecnologias, devendo encaminhar à Coordenação, em até 60 dias, a contar desta data, a versão final da dissertação devidamente aprovada pelo professor orientador, no formato impresso e PDF, conforme procedimentos que serão encaminhados pela secretaria do Programa. Encerrada a sessão, lavrou-se a presente ata que vai assinada pela Banca Examinadora.

Recomendações: Seguir as recomendações da banca.



Dra. Desiré Luciane Dominschek
Presidente da Banca

Documento assinado digitalmente
gov.br KELLIN CRISTINA MELCHIOR INOCENCIO
Data: 10/04/2024 16:46:28-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dra. Kellin Cristina Melchior Inocência
Integrante Interno Suplente

Dr. Luciano Frontino de Medeiros
Integrante Interno Suplente



Dra. Joice Estacheski
Integrante Externo



Dr. Jeferson Ferro
Integrante Interno Titular

Documento assinado digitalmente
gov.br MARINEZ SILVA SANTOS SOUZA
Data: 03/07/2024 20:16:46-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Marinez Silva Santos Souza
Mestranda

Aos meus familiares que foram minha base e
aos amigos que me motivaram nesta
caminhada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que me deu graça e coragem para lutar pelos meus objetivos. Ao corpo docente do curso de mestrado que me forneceu todas as bases necessárias para que hoje eu pudesse estar concluindo esse trabalho.

Deixo registrado meu agradecimento especial a minha orientadora Prof.^a Dr.^a Desiré Luciane Dominschek pela compreensão e paciência demonstrada durante o período de pesquisa. Sem o seu apoio esse projeto de pesquisa não teria chegado aqui, agradeço aos meus professores que foi de grande importância na concretização desse trabalho. Agradeço ao meu esposo, e aos meus filhos que sonharam comigo e andaram nessa caminhada e chegaram até aqui ao meu lado.

RESUMO

Este trabalho de pesquisa, de cunho qualitativo, faz parte do grupo de pesquisa Educação à distância, da linha formação de professores no projeto de alfabetização e letramento no Contexto da Educação Indígenas, do Programa de Pós-Graduação- Mestrado e Doutorado - Profissional em Educação e Novas Tecnologias. Ao considerar a intensa necessidade de revisitar e inovar algumas práticas pedagógicas no cenário da educação indígena, proporcionando alternativas pedagógicas fundamentadas em aprendizagem significativas que garantam a construção de competências e estimulação de habilidades bem como a utilização das tecnologias. Logo, tem como objetivo geral discutir os desafios e as perspectivas no processo de alfabetização e letramento no contexto da educação indígena. Assim, tem-se como design metodológico duas etapas, sendo a primeira de revisão bibliográfica, à busca de referências teóricas sobre o contexto da educação indígena, realizando um estudo inventariante, para que se pudesse inferir que tipo de práticas está sendo realizadas por professores indígenas e níveis de ensino na educação, relacionadas à tecnologia no processo de alfabetização, tendo como produto final a produção de um Portfólio digital um (*e-book*) produzido pelos alunos e professores, a qual seria utilizado elementos das cultura indígena nesse processo. A segunda fase desse projeto tem como finalidade um mapeamento de práticas pedagógicas no contexto de alfabetização e letramento, sendo relacionados projetos e instituições que têm em seu conteúdo pressuposto de 'otimização' das suas práticas pedagógicas. Na análise dos dados, tem como pressuposto e tecnologia enquanto pressupostos de metodologias ativas na educação gerou quatro categorias emergentes: autonomia conquista, cultura e espaço, destacando que a alfabetização e letramento o uso de tecnologia aumentaram a cooperação entre eles na resolução de problemas de alfabetização, bem como uma maior participação da comunidade no processo educacional das crianças. A partir deste panorama, surge o produto, como parte integrante da pesquisa e pensando na sua aplicabilidade prática-pedagógica: um portfólio digital mais adaptáveis ao contexto diversificado da educação indígena no país.

Palavras-chave: Portfólio Digital. Alfabetização. Letramento. Educação indígena.

ABSTRACT

This research work, of a qualitative nature, is part of the research group Distance Education, of the teacher training line in the literacy and literacy project based on gamified strategies Context of Indigenous Education, of the Graduate Program - Masters and Doctorate - Professional in Education and New Technologies. When considering the intense need to revisit and innovate some pedagogical practices in the indigenous education scenario, the researcher and the research highlight, among many, the use of technologies, specifically in the scope of methodologies. Therefore, the general objective is to discuss the challenges and perspectives of gamification and the use of games in the process of literacy and literacy in the context of indigenous education. Thus, there are two stages as a methodological design, the first being a bibliographical review, the search for theoretical references on gamification in the context of indigenous education, carrying out an inventory study, so that it could be inferred what kind of practices are being carried out by indigenous teachers and teaching levels in education, related to gamification and technology in the literacy process. The second concerned a mapping of practices, relating projects and institutions that have gamification in their content as a prerequisite for optimizing their pedagogical practices. In the data analysis, the assumption of gamification and technology as assumptions of active methodologies in education generated four emerging categories: autonomy, conquest, culture and space, highlighting that gamification and the use of technology increased cooperation between them in solving problems of literacy, as well as greater community participation in the educational process of children. From this panorama, the product emerges, as an integral part of the research and thinking about its practical-pedagogical applicability: a digital portfolio of technologies and digital games more adaptable to the diversified context of indigenous education.

Keywords: Active Methodologies in Education, Digital Portfolio and Indigenous Education

LISTA DE FOTOS

Foto 1: Kanaimé.....	57
Foto 2: Lenda da Cruviana.....	58
Foto 3: Caxiri.....	58
Foto 4: Damurida.....	59
Foto 5: Localização da terra indígena (TI) Malacacheta no Sudoeste de Roraima.....	61

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: A Representação da Educação Brasileira.....	30
Tabela 2: Formas produtivas na condução de diferentes hipóteses alinhadas ao conhecimento.....	36
Tabela 3: Técnicas de Alfabetização.....	40
Tabela 4: Correntes Teóricas sobre jogos e seus períodos.....	48
Tabela 5: Calendário das Ações.....	60
Tabela 6: Resultados dos estudos incluídos nesta revisão.....	70
Tabela 7: E-book: Alfabeto da Língua Portuguesa e Wapixana.....	74
Tabela 8: Categorias analíticas propostas no modelo tridimensional.....	83
Tabela 9: Aula 1, com o uso do e-book digital.....	90
Tabela 10: Aula 2, com o tema sílabas e com análise e reflexão sobre a língua.....	92
Tabela 11: Aula 3, compreensão didática.....	92

LISTA DE SIGLAS

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CF – Constituição Federal

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

LDBEN – Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PCN – Parâmetro Curricular Nacional

RCNEI – Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil

TI – Terra Indígena

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. EDUCAÇÃO NO BRASIL: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO	18
1.1. A educação Escolar	24
1.2. Qualidade na Educação	26
1.2.1. Políticas Públicas Educacionais	28
1.2.2. O uso de tecnologias educacionais	31
1.3. Letramento, Alfabetização e Escolarização	34
1.3.1. Os Métodos da Alfabetização	37
1.3.2 O desafio de aprender a ler e a escrever	42
1.4. Jogos: um breve histórico	44
2. EDUCAÇÃO E CULTURA DA COMUNIDADE INDÍGENA DA MALACACHETA	50
2.1 Formação Docente	61
2.2 Currículo Indígena	63
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	67
3.1. Pesquisa Bibliográfica.....	67
3.1.1. Caracterização da Pesquisa.....	70
3.2. MAPEAMENTO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	72
4. PRODUTO EDUCACIONAL: E-BOOK DIGITAL	74
4.1. Apresentação do produto	74
4.2. Aplicabilidade do produto	77
4.2.1. A linguagem e a prática social	81
4.2.2. E-BOOK E A ALFABETIZAÇÃO.....	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
REFERENCIAS.....	98

INTRODUÇÃO

Educação infantil é uma etapa primordial da vida, é nela que se inicia o processo de aprendizagem como base/pilar para os demais passos escolares, contribuindo ao longo da vida de cada aluno. Assim a presente pesquisa foi motivada pela vontade de contribuir com: Uma proposta de alfabetização e letramento no contexto da educação indígena. Voltada para elaborar um ebook pedagógico, para auxiliar os docentes no processo de alfabetização e letramento na educação infantil dentro da comunidade e fora dela.

Nesse contexto foi escolhida a abordagem qualitativa, incluindo a revisão bibliográfica e pesquisa de campo no cenário da educação dentro da comunidade indígena. Convém destacar que para alfabetizar crianças na educação infantil/dos povos originários, utilizando dos recursos disponíveis nas escolas dos municipais e escolas estaduais são escassos e limitados, fazendo se necessários a complementação com outros recursos tanto naturais disponíveis na comunidade.

Ao refletir sobre as novas possibilidades pedagógicas e novas metodologias didáticas incentivadas a partir das necessidades de melhorias no cenário educacional, surgiram inquietações a pesquisadora sobre a relevância da alfabetização e letramento. Também verificou o interesse em discutir novas possibilidades acerca de novas perspectivas e interesse futuro da comunidade e âmbito escolar.

Buscando compreender melhor esse processo, foi utilizada uma metodologia que desvelasse a realidade vivenciada tanto pela criança indígena quanto pela professora que está à frente do processo educacional. Fazendo com que a pesquisa obtenha o maior número de informações acerca da temática em análise. Assim a proposta de alfabetização e letramento deve respeitar os processos cognitivos e psicológicos de cada discente.

As atividades para a educação infantil, tem total interesse das crianças, pois as atividades utilizadas durante as aulas da referida escola, são dinâmicas e consegue envolver a todos. Nesse contexto facilita o acesso ao conhecimento científico em benefícios dos alunos, as aulas são atrativas e de fácil aprendizado. As atividades pedagógicas favorecerão os discentes em sua aprendizagem significativa, e contribuindo para que todos possam ter o acesso e direito a uma educação igualitária.

Desse modo o interesse pelo tema surgiu a partir das necessidades emergente no contexto pesquisado, em conformidade ao cenário atual, buscando novas proposta que auxilia

os docentes da região, verificando os processos de ensino e aprendizagem, bem como saber como se deve trabalhar a diversidade cultural, linguagem e identidade de tais crianças dentro do seu espaço comunitário, pois a comunidade na sua maioria é falante da língua portuguesa e Wapichana. É notável que entre eles a língua usada é a língua Wapichana, facilitado assim as crianças a aprender com suas famílias. E na escola a língua utilizada é a portuguesa pois os docentes não são da própria comunidade, nem falante do Wapichana.

Neste cenário educacional surgiu o interesse por este estudo, como objetivo geral elaborar um *e-book* pedagógico, para auxiliar os docentes no processo de alfabetização e letramento na educação infantil dentro das comunidades indígenas. Quanto aos objetivos específicos destacam-se: a) analisar a relevância de metodologias ativas no processo educacional ao longo dos anos no Brasil; b) investigar a diferença entre alfabetização e letramento e suas contribuições para o processo de aprendizagem na educação e; c) mapear projetos e ações que envolva a educação indígena e desenvolver os desafios por meio de uma pesquisa de abordagem qualitativa, a partir de uma pesquisa bibliográfica.

O estudo retrata uma pesquisa realizada a partir da problematização de como alfabetizar crianças na educação indígenas utilizando a seguinte indagação de pesquisa: Quais tecnologias digitais, podem contribuir para implementação e utilização de metodologias ativas no processo de alfabetização e letramento na educação infantil dos alunos da comunidade Malacacheta, e comunidades adjacentes?

Nesse aspecto, com a finalidade de atingir os objetivos propostos optou por uma abordagem qualitativa, onde justifica alguns passos do estudo em questão. A proposta deste estudo é descrever através de uma revisão bibliográfica com base na pesquisa de campo a alfabetização e letramento no contexto da educação indígena. Desse modo a revisão bibliográfica se configura como a base de sustentação da pesquisa considerando que para avançar nessa área de estudo é importante que se conheça as pesquisas já realizadas por outros pesquisadores.

Assim alguns passos foram seguidos entre os quais se destacam: a delimitação da metodologia a ser adotada; a seleção de fontes de referência entre as principais estão artigos em periódicos científicos, os livros, as teses de doutorado, as dissertações de mestrado e mesmo resumos publicados em congressos e simpósios; a organização dos trabalhos consultados no sentido de facilitar o encontro de determinado pensamento ou ideia de algum autor específico,

fazendo uso de ferramentas que possibilitam o gerenciamento de coleção de referências bibliográficas.

Neste contexto podemos usar as novas tecnologias e suas ferramentas em prol do processo educacional. Atualmente, observamos que as crianças chegam à escola advinda do mundo virtual e já conectada ao mundo das tecnologias. E as crianças da educação infantil, não é diferente, chegam na escola já conectadas as novas realidades do mundo tecnológico, precisamos estar preparados para trocamos saberes e compartilhamos aprendizado. A educação infantil é uma etapa primordial da vida dos pequenos. Onde elas têm o primeiro contato com a escola e o mundo as possibilidades dos saberes científicos.

Assim buscamos alternativas para trocamos experiências no ambiente escolar, sem perder de vista o processo e aprendizado nessa fase. Este trabalho, pode-se dizer que se justifica em dois momentos: o primeiro é de natureza pessoal, na busca pela capacitação e aprimorar os conhecimentos em sociedade, o segundo é de natureza científico. Nesse sentido o primeiro a justificativa surge em virtude de inquietações da autora/pesquisadora, acerca do processo de alfabetização e letramento nos espaços dentro da comunidade ao longo do tempo. Já no segundo que é o ambiente acadêmico, se justifica e calca-se no princípio investigativo-científico, com o objetivo de se estabelecer proposta, instrumentos e embasamento teórico, científico, técnico para orientar os diversos docentes e profissionais da comunidade pesquisada.

1. EDUCAÇÃO NO BRASIL: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

Neste breve contexto é importante destacar o significado e avanço que tivemos na educação brasileira a partir da aprovação da constituição de 1988, (BRASIL, 1988), que destaca no capítulo III, o artigo 205, a obrigatoriedade da educação para todos. A educação, direito de todos e dever do Estado, e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a cidadania e a qualificação para o trabalho.

art. 206 o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino. IV- Gratuitude do ensino público em estabelecimentos oficiais; Valorização dos profissionais de ensino, garantidos, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos (BRASIL, 1988, p.01).

Conforme destaca Saviani (2015) antes que o homem se organizasse em uma sociedade disposta em classes, os homens se apropriaram coletivamente da natureza para cobrir as suas necessidades existenciais, produzindo a existência - e se educando - de forma comum.

No contexto dessas sociedades primitivas a educação coincidia com a própria vida, sendo, pois, uma ação espontânea, não diferenciada das outras formas de ação desenvolvidas pelo homem. E, não podendo falar de educação em sentido estrito também, obviamente, não se poderia falar de ação supervisora em sentido próprio. Entretanto, apesar disso ou, mais propriamente, exatamente por isso, já se fazia presente, aí, a função supervisora. (SAVIANI, 2015, p.18).

A partir do momento que o homem se fixa à terra, deixando de ser nômade, sua sociedade se transforma em uma sociedade de classes. Surgindo assim o conceito de propriedade privada. Na medida em que se inaugura essa nova concepção, se estabelece a classe dos proprietários em contraposição à classe dos não-proprietários. Segundo Saviani (2015) “A condição de proprietário possibilita ao homem a opção do não trabalhar, mesmo que a essência da existência da espécie humana passe pelo trabalho como condição para a vida”.

Os proprietários se beneficiam do trabalho, em grande parte escravo, dos não-proprietários para a sua manutenção. Por sua vez, os não-proprietários acabam adotando tal condição a fim de garantir sua própria subsistência e a dos seus senhores. Denominado como

modo de produção escravista¹, esse sistema estabeleceu uma estrutura social historicamente inédita, em que a classe dominante, composta pelos proprietários de escravos, utilizava o trabalho forçado dos escravos para acumular riqueza.

Marx (1867, p. XX) observa que "o escravo é vendido, comprado e possui um preço; ele é um bem como outro qualquer da riqueza do dono de escravos". Nessa conjuntura, pode-se identificar um dos primeiros indícios da função de supervisão: aquele encarregado da supervisão detinha o poder de comando, enquanto aqueles encarregados da execução estavam subordinados à obediência. Os "proprietários" então passam a ter o tempo livre, ou seja, podem dispor do ócio - palavra esta que etimologicamente origina a palavra escola². Diferentemente da vivência do comunismo primitivo - em que os processos eram comuns a todos - uma vez que a sociedade se divide em classes, a educação também acaba por se organizar da mesma forma. O ócio do proprietário permite que uma elite que tem tempo livre se organize na forma escolar, em contraposição à classe da maioria que não dispõe desse tempo para a educação, porque o mesmo também deve ser ocupado pelo trabalho.

Ou seja, percebemos já aqui uma divisão entre a educação destinada à classe "dominante" e a educação destinada à classe "dominada" - quase sempre voltada para o trabalho. De acordo com Saviani (2015) Esse é um processo que se repete nos períodos posteriores. Já na Grécia Antiga, temos um indício da função supervisora através da figura do "pedagogo³", que inicialmente era constituída pelo escravo que cuidava da criança e a levava até o mestre para receber as aulas. Mas posteriormente passou a significar o próprio educador que assumia tanto o ensino quanto o cuidado, a vigilância, a supervisão de todos os atos dos seus discípulos.

¹ O modo de produção escravista é definido como um sistema social e econômico em que a classe dominante, composta pelos proprietários de escravos, utiliza o trabalho forçado dos escravos para acumular riqueza. Karl Marx, em sua obra clássica "O Capital: Crítica da Economia Política"(1867), descreve o modo de produção escravista como uma forma de exploração extrema, em que os escravos são tratados como mercadorias e privados de qualquer liberdade ou direitos básicos.

² A palavra "escola" deriva, etimologicamente, da língua grega e quer dizer "lugar do ócio" (SAVIANI, 2015, p.19).

¹ O modo de produção escravista é definido como um sistema social e econômico em que a classe dominante, composta pelos proprietários de escravos, utiliza o trabalho forçado dos escravos para acumular riqueza. Karl Marx, em sua obra clássica "O Capital: Crítica da Economia Política"(1867), descreve o modo de produção escravista como uma forma de exploração extrema, em que os escravos são tratados como mercadorias e privados de qualquer liberdade ou direitos básicos.

³ O "pedagogo" significa "aquele que conduz a criança ao local de aprendizagem" (SAVIANI, 2015, p.19).

Ainda na Grécia, existia a figura do intendente, encarregado da educação dos trabalhadores (escravos) espontânea, para todos e sem lugar específico para ocorrer, agora divide-se no ensino⁴ para os integrantes da classe “superior”, completamente diferente do que era ministrado para a população “inferior”, destinada ao trabalho. Saviani (2015)

Com o advento da época moderna e das transformações oriundas dos novos dispositivos capitalistas. As relações humanas deixam de ser espontâneas e marcadas pelos laços sanguíneos para se tornarem sistemáticas, passando a serem estabelecidas pelas “convenções contratuais” Saviani (2015).

Com essa mudança primordial, surge a necessidade da disseminação da escrita e seus códigos formais e o processo educacional assume uma forma generalizada - tornando a escola a forma principal e dominante de educação. Essa necessidade da institucionalização da escola se dá porque, nesse período, o domínio de uma cultura intelectual, cuja forma mais rudimentar é o alfabeto, é o que está em causa:

Em suma: ao deslocamento do eixo do processo produtivo do campo para a cidade e da agricultura para a indústria; ao deslocamento do eixo do processo cultural do saber espontâneo, assistemático para o saber metódico, sistemático, científico, correspondeu o deslocamento do eixo do processo educativo de formas difusas, identificadas com o próprio processo de produção da existência, para as formas específicas e institucionalizadas, identificadas com a escola. (SAVIANI, 2021, p.87).

Destacamos que nos séculos XVI e XVII, se disseminam as propostas de Martinho Lutero, no amplo movimento conhecido como a Reforma Protestante, que preludia um novo rosto para o medieval. Não obstante tenha se voltado majoritariamente para questões de ordem religiosa, a reforma ultrapassou os limites dos pontos relativos à Igreja, fortalecendo os movimentos de renovação nos mais diferentes campos da estrutura social - incluindo o campo da educação escolar, que aprofundaremos um pouco mais agora⁵.

Com base nesse contexto e influências do processo colonizador, verifica um avanço na organização sistema educacional do país. Onde vem trazendo em sua legislação a garantia de uma educação para todos. Isso abre um leque de possibilidade para toda a geração. Enfatizado

³ A “escola” que se apresentava nesse cenário era constituída de estrutura simples, em que as relações existentes se davam apenas entre mestre e discípulo. O trabalho desempenhado pelo mestre tomava o aspecto de função semelhante à do artesão, que sozinho realizava todo o processo, conhecia e dominava a produção (LUZ, 2009).

⁵ SILVA, Daniel Neves. “Reforma protestante”; Brasil Escola. Disponível em <https://brasilecola.uol.com.br/historiag/reforma-protestante.htm>. Acesso em junho de 2023.

a igualdade de condições, tanto para o acesso como sua permanência na escola. Demonstrado a liberdade de aprender como também de ensinar, de fazer pesquisa e expor suas ideias.

Quando olhamos para o século XX , em 1996, surge uma nova lei que vem trazer mais possibilidades no processo educacional com a lei de Diretrizes e bases da educação Nacional de 20 de dezembro, lei de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9394/96 que proporciona mais liberdade ao sistema educacional, como também garantias tanto para os alunos e suas comunidades, como também para todos os profissionais da educação. Assim trazendo melhorias e condições de vida.

Dos Princípios e Fins da Educação Nacional Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância; V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; VI - Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; VII - valorização do profissional da educação escolar; VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino; IX - garantia de padrão de qualidade; X - valorização da experiência extraescolar; XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais (BRASIL, 1996, p.01).

No período de 2013, houve alteração na legislação com o intuito de garantir adversidade étnico-racial. Trazendo mais uma redação a lei de diretrizes e bases da educação nacional. XII - consideração com a diversidade étnico-racial, (incluído pela lei nº 12.796, de 2013). XIV - respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva.

A Lei nº 12.796/2013, também estabelece que a educação infantil contempla crianças de 4 e 5 anos na pré-escola será organizada com carga horária mínima anual de 800 horas, distribuída por no mínimo 200 dias letivos. O atendimento à criança deve ser, no mínimo, de quatro horas diárias para o turno parcial e de sete para a jornada integral. A norma já valia para o ensino fundamental e médio.

Logo depois no ano de 2018, surgiu mais uma redação, voltada a direito à educação ao longo da vida. E respeito à adversidade humana: XIII - garantia do direito à educação e à

aprendizagem ao longo da vida (Incluído pela Lei nº 13.632, de 2018) com destaque a Emenda Constitucional nº 59/2009:

As crianças brasileiras devem ser matriculadas na educação básica a partir dos quatro anos de idade. Para atender essa obrigatoriedade a matrícula cabe aos pais e responsáveis, as redes municipais e estaduais de ensino têm até 2016 para se adequar e acolher alunos de 4 a 17 anos. O fornecimento de transporte, alimentação e material didático também será estendido a todas as etapas da educação básica (BRASIL, 2009, p.01).

São de fundamental importância as mudanças em benefícios ao povo brasileiro, percebe-se que os governantes estão colocados as leis no papel. Mostrado sua preocupação com a educação do nosso país hoje as crianças entram na escola mais cedo como mostra a emenda constitucional de número 59/2009 legislações que assegura o direito de as crianças entrarem na educação básica com 4 anos de idade.

No Brasil a escola acompanha as influências de sua colonização, durante os primeiros 200 anos a educação formal foi realizada pelos jesuítas, tendo assim caráter de formação religiosa e de difusão da igreja católica no novo mundo, além de servir para catequizações dos “selvagens” nos primórdios de seu descobrimento.⁶

No período do iluminismo no Brasil, o poder político dos jesuítas é questionado, bem como, seu modelo pedagógico de formação do homem. O Marques de Pombal responsável pela expulsão da congregação do país, porém, não promove uma ruptura de todo no modelo das escolas até existentes, pois ao longo dos anos foi formada uma massa significativa de tios-padres, capelães de engenho, que por exigência e ausências de outros, foram exercer a função de mestres-escolas e/ou preceptores dos filhos da aristocracia da época, de modo que não ocorreram maiores mudanças na concepção pedagógica da escola em virtude seus executores precedentes de formação eminentemente religiosa.⁷

Ao final do séc. XIX com influências das revoluções e dos apelações de Rui Barbosa inicia-se a luta pela instrução elementar para todos, e, começa um movimento pela escola gratuita e laica. Assim como na Europa a laicização da escola foi o modo do Estado Brasileiro

⁶ FERREIRA Jr., Amárico. História da Educação Brasileira: da Colônia ao século XX / São Carlos: EdUFSCar, 2010. - (Coleção UAB-UFSCar).

⁷ AMARAL Tania Conceição Iglesias; SECO Ana Paula: Marquês de Pombal e a Reforma Educacional. Histedbr, artigo .2006.

manter a igreja longe de sua política, afastar a ideologia católica para a partir de então basear-se na ideologia das ciências.⁸

O modo de produção e modernização econômica e cultural vigente no mundo tem reflexão modelo brasileiro de educação e conseqüentemente nas escolas aos poucos o país vai abandonando a concepção de ideologia religiosa e vai introduzindo uma ideologia liberal e leiga e autônoma havia uma necessidade de se construir uma identidade nacional e instruir o povo para habilitá-lo a votar. A educação deveria contribuir para consolidação destes objetivos.

A versão ideológica dos pioneiros representa a adaptação da política educacional ao processo econômico gerado pelas novas formas produtivas, bem como, a adaptação do capitalismo de pente periférico pela reforma educacional dentro do processo de urbanização (CURY, 2018, p.80).

Como no restante do mundo as décadas que se seguiram a educação brasileira tomou os rumos da formação profissional, ou seja, voltou-se para preparação do trabalhador, principalmente na vertente dos domínios da técnica, revitalizando as questões sociais e políticas levantadas por Marx no início do século XX. Os anos 1960 são marcados pelas ingerências dos organismos internacionais e, a chegada dos anos 1970 com os governos militares o controle ideológico acontece através da Ditadura Militar. Conforme Saviani (2021) a educação formal é controlada na sua totalidade desde aos conteúdos aos processos educativos exercidos no dia-a-dia da sala de aula assim:

o conteúdo de ensino foi totalmente tecnicado, a organização escolar definida em lei, a vida universitária, e educação política dos jovens reduziu-se a normalidade e formalidade imposta pelo regime militar, sendo palco de um civismo catequético ideologizado, servindo de estratégia para reprimir, ações e pensamentos contrários às ideias políticas do momento. Logo após a ditadura, começa o movimento de democratização do país e conseqüentemente, a escola sofre as influências das tendências emergentes dos tempos atuais, contudo, o que se viu foi à continuidade dos modelos anteriores, escola tradicional, escola nova e escola tecnicista (SAVIANI; 2021, p.91).

Na década de 1990 e início do século XXI, período de grandes questionamentos do papel e função social da escola, tempos de interferências de organismos multilaterais principalmente as políticas neoliberalistas através do Banco Mundial, que influência diretamente na elaboração das propostas educacionais do país o que demonstra um controle simbólico via escola da formação unilateral do homem.

⁸ MACHADO Maria Cristina Gomes; MORMUL Najla Mehanna: Rui Barbosa e a educação brasileira: métodos e programas. Série-Estudos_Campo Grande, MS, n 32,p 261-277, jul/dez 2011.

Também é um momento de luta pela democratização, acesso, e permanências na escola. No item a seguir propõe-se discussão acerca da qualidade na educação.

1.1. A educação Escolar

Busca-se uma educação que valorize os conhecimentos prévios do aluno e a realidade na qual ele está inserido e, que priorize o ensino, que permita o aluno posicionar-se e ser reflexivo diante de situações vivenciadas no cotidiano; incentive a pesquisa dentro e fora da escola; garanta o brincar, falar, movimentar, pensar e o observar dos educandos, e envolva a família e a comunidade nos processos educativos.

Levando em consideração a família, onde os alunos adquirem competências diferentes daquelas que são propiciadas pela escola e, nesse sentido, é oportuno que os laços entre ambas sejam estreitados através da integração, objetivando maior qualidade na formação do aluno. Nesse contexto, o cidadão deverá ser capaz de interferir criticamente em sua realidade, porém de forma dialogada.

Assim busca-se estabelecer as bases conceituais e históricas da educação como base como destaca Gadotti (2020, p.40) “a educação é condição *sine qua* non para o desenvolvimento autossustentável de um país”, a educação é um bem precioso e de maior valor para o desenvolvimento, mais do que as riquezas naturais.

Na percepção do autor acima citado a educação escolar é um dos princípios que fundamenta o indivíduo para exercício da cidadania, assim possibilitando a participação destes nos espaços sociais e políticos, tornando-se um dos bens mais preciosos de uma sociedade, tanto que é garantido legalmente pela Constituição Federal (CF) Brasileira de 1988, em seu art. 205:

A educação direito de todos e dever do Estado e da Família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, p.01).

Neste sentido a educação escolar tem como função social ser instrumento de redução dos preconceitos e discriminações sociais, bem como, o de promover a igualdade entre os indivíduos, sendo o último um pressuposto fundamental do direito a educação, principalmente nas sociedades politicamente democráticas, para se concretizar como direito social do indivíduo

conforme a lei preconiza o estado elaborou princípios e regras para administração pública e, diretrizes que regem o currículo da educação escolar, visando com isso o desenvolvimento integral do indivíduo.

Desse modo Gadotti (2020, p.45) aponta ainda que “a qualidade da educação escolar deve ir além da garantia da aplicabilidade dos direitos, ela deve reconhecer esses direitos e priorizá-los como forma de fazê-los se efetivar, traduzindo-se na possibilidade de supressão das desigualdades sociais”. Assim no desenvolvimento da cidadania leva-se em consideração que a educação é um dos instrumentos fundamentais para atingir as mudanças sociais, porém não é a única, mas uma das melhores para se chegar a este fim

De acordo Garcia (2021, p.53) “a proposta de uma educação escolar com qualidade se baseia na equidade e principalmente na busca de uma vida melhor para o indivíduo, para tanto a escola precisa reorganizar seu currículo, descentralizar-se e buscar sua autonomia”. Assim diante de tantas questões a compreensão por parte da sociedade e dos profissionais da educação, torna-se urgente no sentido de se decodificar as formas pelas quais esses processos se materializam. É necessário trabalhar os conteúdos, suas implicações sociais, econômicas, políticas e ideológicas, é a forma de conceber a sociedade e, nela o indivíduo.

É fundamental por parte de toda a apropriação do saber científico e tecnológico produzido pela humanidade, como forma de superar o senso-comum, para se compreender a interfaces do conhecimento, visto que, esta é uma das possibilidades do cidadão de apropriar-se de conhecimentos básicos para exercer sua função social. Assim, é essencial ir além das limitações impostas pelas estruturas escolares, buscar mudanças nas concepções e práticas pedagógicas. E ainda se de acordo Melo (2004):

Os grandes problemas da educação têm causas estruturais e históricas os obstáculos de aprender. Uma cultura escolar elitista, herança ainda do tempo do império, e a falta de visão estratégica do governo e junte-se a isso uma gestão pública ineficiente. E ainda os interesses corporativistas, a estrutura precária de formação do educador. (MELO, 2004).

Vale destacar que a educação é uma experiência diária que tem reflexos para o resto da vida do indivíduo e a qualidade da educação escolar ofertada é fator determinante no que tange a inserção deste no meio social, o velho pensamento de que um diploma de nível superior, é suficiente para galgar uma boa colocação na sociedade, vem sendo substituído pela expectativa de um profissional que a cada dia busca aprender a aprender.

1.2. Qualidade na Educação

No que se refere aos conceitos e definições acerca da qualidade na educação podem ser identificadas e percebidas inúmeras controvérsias e interpretações diferenciadas acerca do que vem a ser uma educação de qualidade, dependendo muito da concepção dos envolvidos no processo ensino-aprendizagem.

Para Garcia (2021, p.53) “diante do grande avanço dos aparatos tecnológicos, mudanças diárias nas ciências humanas e ainda as descobertas científicas”. Esses aspectos que podem contribuir positivamente para que a educação seja um processo contínuo e importante para o desenvolvimento de qualquer sociedade, observa-se ainda que uma educação escolar de qualidade não depende exclusivamente do esforço dos alunos ou empenho dos educadores, mas sim em grande parte de vontade política, e este ainda é o grande entrave para educação brasileira.

Desse modo para que a escola cumpra sua função através da educação escolar é necessário que o projeto por ela proposto trabalhe além do currículo comum, a formação ética do indivíduo, para isso deve assumir-se como espaço de convivência e discussão de referenciais éticos, não numa instância normativa e normatizadora, mas, como *lócus* social edificante de ações éticas necessárias e construtivas de toda e qualquer ação de cidadania.

De acordo com Cury (2018, p.24) nessa perspectiva “a qualidade social da escola perpassa pela construção de parâmetros que auxiliem a concretizarem sua função na sociedade”. Entre os parâmetros o autor destaca ainda a construção de uma gestão democrática, busca pela autonomia, participação ativa da comunidade, transparência nas ações, agilidade de informações e o mais importante garantir o acesso e a permanência do aluno.

Nesse sentido pode-se afirmar que todo o processo de ensinar e aprender, que além de ser um programa observado entre as sociedades e grupos étnicos, trata-se de um processo de socialização, a educação é exercida em vários espaços dos convívios sociais, seja ela por ela própria ou simplesmente pela inclusão do ser humano à sociedade, coincidindo com os conceitos de socialização.⁹

⁹ DIAZ Felix. O processo de aprendizagem e seus transtornos - Salvador: EDUFRA, 2011.

10 BARROS, L. M. Comunicação e educação numa perspectiva plural e dialética. Nexos - Revista de Estudos de Educação e Comunicação. São Paulo: Univ.Anhembi/ Morumbi, 2º sem 2017. p.19-38.

Todos os seres são alvos de um processo educacional, pois vivem experiências de aprendizado a todo instante, seja na criação com os pais, na igreja, no trabalho ou até mesmo na vida cotidiana, é na educação que um ser humano é formado, pois o processo além de adquirir conhecimento, existe também à moldagem de caráter.

Cury (2018, p.54) afirma que “cada povo, tribo ou grupos étnicos existe seu conceito de educação, ela não é uma ciência exata e muito menos escolar, em cada parte do mundo existirão conceitos diferentes para cada tipo de pessoas ou até mesmo educação”. O processo de educar passa não somente pelo fato de ir a um local específico, como escola, faculdades e curso, mas simplesmente pelo fato de haver uma relação entre o indivíduo e nas suas intenções de permuta educacional.

Educação significa educar para a sociedade. É a socialização do patrimônio de conhecimento acumulado, o saber sobre os meios de obter o conhecimento e as formas de convivência social. É também educar para a convivência social e a cidadania, para a tomada de consciência e o exercício dos direitos e deveres do cidadão (PERUZZO, 2018, p.182).

Assim além de educar, a escola precisa ainda dedicar-se também a preparar o cidadão com os saberes científicos, tecnológicos e fazer com que a pessoa consiga habilitar-se na vida profissional. Desse modo uma educação de qualidade pode além de fazer com que a pessoa aprenda, ela saiba lidar com os seus direitos adquiridos, como cidadão, humanos, civis, sociais ou políticos. Somente uma sociedade construída a base de uma boa educação poderá ter seus direitos garantidos, além de ter uma sociedade mais justa e coesa.

Cabe ainda salientar que segundo (Barros (2017): que apesar da escola ser um espaço reservado para o sentido de educação, não é somente através dela que se tem que edificar os ensinamentos para o exercício da cidadania. Existem várias outras instituições que podem auxiliar e participar desse processo de aprendizagem como a família, os meios de comunicação de massa, a igreja, os movimentos sociais, dentre outros. 10

Quando se fala no meio de comunicação de massa, a televisão tem um papel fundamental na educação, pois ela tem uma forte expressão de influenciar na sociedade, Barros (2017):

Em especial, as novas gerações têm seus valores, opiniões e atitudes sedimentadas por veículos que não se interessam propriamente em sua educação, que não assumem explicitamente seu caráter pedagógico, mas que acabam frequentemente por

influenciar mais profundamente a juventude que a educação desenvolvida na escola (BARROS, 2017, p.45).

As novas gerações têm se levantado com opiniões bem firmes e de modo oposto a educação atual, ou seja, existem muitos veículos de informações voltados para jovens de baixa renda de forma influenciável deixando os jovens desacreditados de que a educação é a melhor escolha. Barros (2017, p. 50) afirma que “A formação cultural dos seres humanos nas sociedades passa muito pelas intermediações do cotidiano marcadas por um contexto de complexidade, intermediações que ocorrem por grupos ou tecnologias”.

Cada aluno tem uma experiência que carrega consigo e já constrói seu mundo diante do exposto. E parte da criança o aprendizado que vem de sua curiosidade, daquilo que ele vê em seu mundo. Nesse sentido a relação entre sociedade e escola é intrínseca e necessita de todo tempo para ressignificar o seu próprio sentido, pois seu papel atrela-se aos contextos históricos do momento, afinal a educação escolar é uma das dimensões que fundamenta a cidadania e é princípio incontestável à participação de todos nos espaços sociais e políticos. Partido nesse contexto falaremos das políticas educacionais.

1.2.1. Políticas Públicas Educacionais

As políticas educacionais têm a responsabilidade de levar em consideração inúmeros aspectos condizentes com a atual realidade da educação brasileira, inclusive os alunos em nível de vulnerabilidade social.

Um dos aspectos Políticos da Educação, é a escola para todos e educação de qualidade. A Constituição Federal (CF) do Brasil (1988), artigo 205 diz que: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

O sistema educacional brasileiro, ao longo de cinco séculos de existência de nossa nação, passou por transformações, reflexos, por sua vez, de alterações econômicas, sociais, culturais, entre outras, que repercutiram na política educacional do País, ou seja, na estrutura e funcionamento da educação brasileira. As fases da economia brasileira têm três blocos históricos, cujos impactos são bem visíveis em nossa educação (ARAÚJO, 2010, p. 9).

A primeira fase foi configurada na pedagogia tradicional, focada na transmissão de conhecimento seguindo um alto padrão moral. De acordo com Araújo (2010, p. 10) “no início do período republicano foram criadas as Reformas de Benjamim Constant, em 1911 com início de uma nova mudança para sociedade brasileira, da agrária para a industrial e isso requeria das camadas populares uma instrução capaz de atender a essa nova demanda”.

Araújo (2010, p. 11) na segunda fase, “foi criada a Constituição de 1934 e o Plano Nacional de Educação, para coordenar e supervisionar as atividades de ensino em todos os níveis e a Pedagogia Nova, responsável, em grande parte, pelo debate que se construiu na época sobre a educação brasileira”. A educação brasileira é um marco na história do país. Desse modo vale ressaltar que a política educacional brasileira foi fortemente no controle da independência social, com propostas de reformas em época militar.

A terceira fase foi no período de 1964 em diante. De acordo com Araújo (2010, p. 12) “na época do regime militar, a educação passa a ser vista como motor de desenvolvimento, de forma mais visível”. Nas décadas de 80 e 90 houve a universalização do ensino, porém com a desigualdade dividindo as escolas, entre ricos e pobres. Araújo (2010, p. 12) “concepção de educação na LDB 9394/96, no Plano Nacional de Educação - PNE, datado de 2001, entre outros documentos legais desse período”.

Diante desse panorama, a política pública educacional brasileira assumiu os contornos dessa tradição enviesada, marcadamente influenciada pelas mudanças na política e na economia. A transferência de responsabilidades para os estados e municípios tornou as disparidades regionais mais evidentes e “eximiu” o poder central de sua culpa, visto que este apoia-se no fato de que há repasse federal de verbas (ARAÚJO, 2010, p. 16).

O dever do Estado e do Município, é garantir a escolarização dos alunos matriculados nas redes de ensino, em todos os níveis e modalidades de ensino. Com base na Lei 9.394/96 de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN), Artigo 2º diz; “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade, o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Há uma legislação que regula a Educação Básica em seus seguimentos legais epistemológicos e pedagógicos.

De acordo com o artigo 6º, “É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula dos menores, a partir dos seis anos de idade, no ensino fundamental”. Neste contexto de acordo com a historicidade do Brasil, foi estabelecido Lei de Diretrizes e Bases da Educação para regulamentar todos os níveis de ensino. No entanto, é um direito garantido pela Constituição

Federal. A lei define responsabilidades direcionadas para a educação escolar pública com a colaboração entre os Estados, a União, Distrito Federal e os Municípios.

Tabela 1: A Representação da Educação Brasileira

Se divide em dois níveis: Educação Básica e Ensino Superior	
Educação Básica	Educação Infantil – creches (de 0 a 3 anos) e pré-escolas (de 4 e 5 anos) é gratuita, mas não obrigatória. É de competência dos municípios.
	Ensino Fundamental – anos iniciais (do 1º ao 5º ano)
	Anos finais (do 6º ao 9º ano) – É obrigatório e gratuito.

Fonte: tabela do próprio autor.

Na prática os municípios estão atendendo aos anos iniciais e os Estados os anos finais. O Ensino Médio (do 1º ao 3º ano), O antigo 2º grau é de responsabilidade dos Estados. Pode ser técnico profissionalizante, ou não. E o Ensino Superior, sendo de competência da União, podendo ser oferecido por Estados e Municípios, desde que estes já tenham atendido os níveis pelos quais é responsável em sua totalidade. Cabe a União autorizar e fiscalizar as instituições privadas de ensino superior.

A educação brasileira conta ainda com algumas modalidades de educação, que perpassam todos os níveis da educação nacional. São elas: Educação Especial que atende aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino. A educação a distância que atende aos estudantes em tempos e espaços diversos, com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação. Bem como a Educação Profissional e Tecnológica visa preparar os estudantes a exercerem atividades produtivas, atualizar e aperfeiçoar conhecimentos tecnológicos e científicos.

A Educação de Jovens e Adultos é ofertada para as pessoas que não tiveram acesso à educação na idade apropriada. Sendo oferecidas nas redes regulares de ensino público e particular, promovendo as pessoas que por algum motivo, não tiveram esse acesso e tão pouco sua permanência na escola. Garantindo assim o que rege a lei.

E por fim a Educação Indígena que atende as comunidades indígenas, de forma a respeitar a cultura e língua materna de cada tribo. No entanto, a (LDB) Lei 9394/96, aborda

temas como os recursos financeiros e a formação dos profissionais da educação. Com o objetivo de melhorar o processo de aprendizagem dos discentes.

1.2.2. O uso de tecnologias educacionais

Atualmente, vivemos em um contexto social de compartilhamento de saberes através dos recursos aparatos tecnológicos, assim nossas crianças fazem parte desse universo digital, com novas informações a todo o momento, principalmente aquelas que já fazem uso de aparelhos eletrônicos, como celulares, tablets, ou outro aparelho digital.

Observa-se que as crianças já nascem em um novo contexto, as da tecnologia, no cotidiano, compreende-se que é necessário repensarmos práticas de aprendizagem e ensino que incorporem recursos tecnológicos, bem como se utilizem de jogos e estratégias pedagógicas, a fim de auxiliar no desenvolvimento de habilidades de leitura e escrita na educação básica, sobretudo na educação infantil.

É provado que a tecnologia é uma grande aliada da educação.

Novos modelos e métodos de ensino foram criados a partir do avanço da tecnologia, de maneira que se pudesse promover uma educação de qualidade de uma forma mais ágil. Assim, o uso das tecnologias de informação e comunicação na elaboração de planos de aula e de estratégias de ensino podem proporcionar um ambiente melhor de aprendizagem, oferecendo mais fontes de pesquisas e formas diferenciadas da aplicação do conteúdo estudado. Outra vantagem que podemos elencar refere-se ao aprimoramento da retenção do conhecimento no processo ensino-aprendizagem (BARROS, 2018, p. 3).

Com o auxílio da tecnologia as dinâmicas tornam o ambiente mais divertido. Os resultados esperados são satisfatórios entre os participantes. Para isso, são construídos os jogos com os recursos naturais, e mediante as brincadeiras são estipuladas as regras, que funciona de forma geral entre o grupo.

Segundo Barros (2018, p. 4) “Dentre as facilidades que o uso da tecnologia no ensino-aprendizagem proporciona umas das mais conhecidas é a Implementar Learning Management System (LMS), no Brasil chamada de Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)”.

A tecnologia promove recursos úteis, como, os livros virtuais, bibliotecas on-line e outros materiais necessários para o ambiente escolar. Desse modo, as aulas tem total suporte da internet, ou seja, é um sustentáculo de informações primordiais na condução de um ensino dinâmico. Com base nesses exemplos, é comprovando que a motivação e o engajamento

acontecem para fortalecer a aquisição do conhecimento, quando o assunto é prazeroso, principalmente na comunidade.

Com o uso da tecnologia sempre vai haver a melhor motivação. Os alunos ficam atentos para novas ideias surgidas no decorrer do ensino aprendizagem. Por esse motivo, observa-se que as atividades estimulam a autoestima, a confiança, o respeito, a valorização de um ensino organizado e estruturado e que possibilitam a construção do conhecimento, tanto individual, como no coletivo.

Com relação a continuidade dos estudos fora do ambiente escolar algumas pesquisas apontam que quando as aulas incluem o uso de ferramentas tecnológicas os educandos afirmam se sentirem mais envolvidos e interessados na aprendizagem, assim como os professores podem e devem fazer uso das tecnologias na preparação das aulas tendo como apoio o inesgotável conteúdo oferecido na internet e a partir daí poder fazer frente à todo acesso de informação e entretenimento que os alunos tem acesso nos dias atuais (BARROS, 2018, p. 4).

A busca por uma qualificação, em constante meios educacional deixa os discentes/educadores mais próximo do aprendizado. Sistemáticamente mais contagiante, pois, fora da sala de aula há inúmeras informações de forma natural que podem dinamizar o momento da aprendizagem. Os professores motivam os alunos a serem mais criativos, críticos e preparados para outras experiências futuramente. Com base no uso da tecnologia, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em suas habilidades explícita como os estudantes podem apropriar-se do conhecimento com o uso da tecnologia.

Diante da aplicabilidade da tecnologia, a prática se torna mais modernas e conduzem inúmeras possibilidades de diferentes linguagens voltadas para o cotidiano dos alunos.

Educação e tecnologia caminham juntas, mas unir as duas é uma tarefa que exige preparo do professor dentro e fora da sala de aula. Ao mesmo tempo em que oferece desafios e oportunidades, o ambiente digital pode tornar-se um empecilho para o aprendizado, cabendo ao educador fazer inclusão de conteúdo pertinente à disciplina ministrada. Com alunos cada vez mais conectados, professores e coordenadores de cursos de graduação têm repensado suas metodologias e as maneiras mais eficazes de manter a atenção dos estudantes (BARROS, 2018, p. 5).

Atualmente a tecnologia se faz presente em todos os lugares do mundo, cabe o professor se planejar e procurar a melhor maneira de utilizar a tecnologia. Segundo Barros (2018, p. 5) apud Moran (2019, p. 32) “Cada docente pode encontrar sua forma mais adequada de integrar as várias tecnologias e os muitos procedimentos metodológicos. Mas também é importante que

aprenda a dominar as formas de comunicação interpessoal/grupal e as de comunicação audiovisual/telemática”.

De fato, a tecnologia, é uma ferramenta bem presente no dia a dia do professor, facilita na busca de novos conhecimentos atuais e amplia o horizonte sobre o que acontece ao redor do mundo. Nesse sentido, os educandos são os mais privilegiados, pois são os personagens principais do contexto da aprendizagem, ou seja, são os protagonistas do conhecimento.

As práticas pedagógicas da comunidade indígena não são diferentes que as demais, ou seja, acontecem com a mesma sintonia e intencionalidade, seguindo os padrões adequados das quais são estipulados pelas escolas de cada Município. As aulas seguem de acordo com a realidade do lugar, e vivência da comunidade.

As tecnologias da comunicação não substituem o professor, mas modificam algumas das suas funções. A tarefa de passar informações pode ser deixada aos bancos de dados, livros, vídeos, programas em CD. O professor se transforma agora no estimulador da curiosidade do aluno por querer conhecer, por pesquisar, por buscar a informações mais relevantes. Num segundo momento, coordena o processo de apresentação dos resultados pelos alunos. Depois, questiona alguns dos dados apresentados, contextualiza os resultados, adapta-os à realidade dos alunos, questiona os dados apresentados. Transforma informação em conhecimento e conhecimento em saber, em vida, em sabedoria – o conhecimento com ética (BARROS, 2018, p. 5) apud (LEVY, 1993, p. 25).

A tecnologia faz toda a diferença, se tratando de conhecimento sistematizado. Não é difícil planejar as aulas, basta o professor ser estratégico, e ser mediador do conhecimento. Com base nas propostas de aprendizagem da escola, o processo de letramento digital é muito importante, ou seja, é a parte central da alfabetização e que faz parte das propostas de intervenção da escola como motivadora no processo de aprendizado de forma estruturada.

De acordo com Sobreiro (2017) afirmação de Vygotsky (1998) citado por Sobreiro (2017, p.19), “O professor deve agir de forma a se transformar em organizador de ambiente social, ou seja, deve fornecer as condições para que a aprendizagem aconteça”, no processo educacional, que pode ser utilizada na escola ou no ambiente familiar, mostra como uma proposta de pertinente e válida na atualidade.

Segundo Barros (2018, p. 6) “Quando se usa tecnologia em sala de aula, nivelar o aprendizado entre todos os alunos pode ser mais simples. Ao respeitar o ritmo de aprendizagem de cada um, o professor pode oferecer uma aula na qual o aluno participa ativamente”.

As novas tecnologias já fazem parte da maioria do cotidiano de alunos e professores, porém, isso não significa que o uso está sendo feito de forma adequada, a falta de preparo de muitos docentes, as dificuldades de atualização e de uma formação continuada para estes torna o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação subaproveitadas se comparamos com dados de outros países mais desenvolvidos (BARROS, 2018, p. 7).

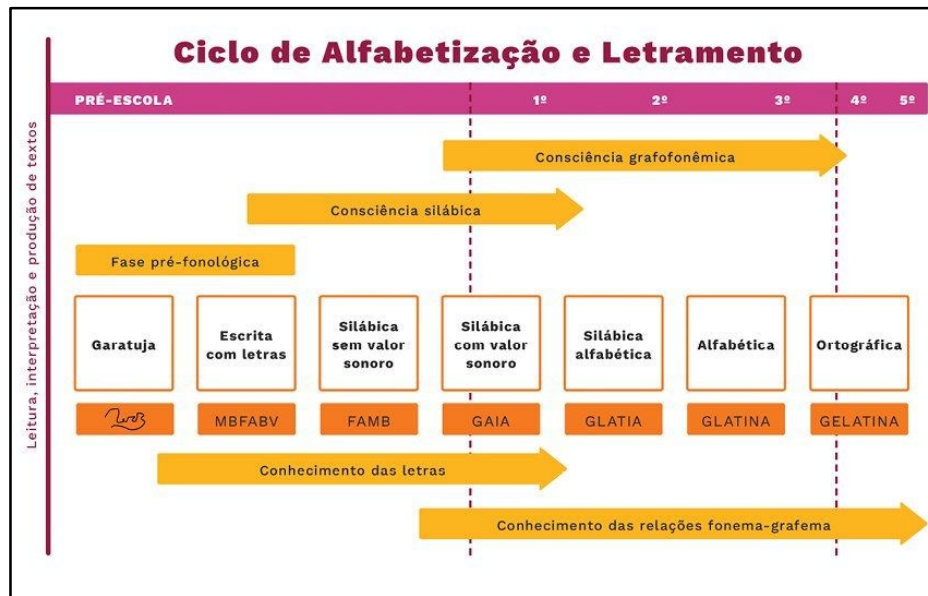
Nas comunidades indígenas o processo de ensino é nas comunidades nas orientações para a sobrevivência nas roças, caça, pesca. Também são preservadas as culturas, pois, os povos indígenas não se desligam de suas culturas e não desvalorizam os saberes populares. Desse modo, a alfabetização e letramento nas escolas indígenas acontecem com possibilidades usadas nas mediações das aulas, como, rodas de leitura, usando os livros com narrativas indígenas, escritas e leituras usando textos que apresentam legendas para fotos sobre os tipos de alimentações e brincadeiras. As comidas típicas dos povos indígenas brasileiros e também a exploração de palavras desses povos.

Vale ressaltar, que para adquirir ideias relacionadas e adaptadas as maneiras mais ágeis do ensino, foi preciso o uso da tecnologia na busca das melhores alternativas voltadas para o ensino aprendizagem dos alunos. Aqui continuemos com o processo de alfabetização.

1.3. Letramento, Alfabetização e Escolarização

A alfabetização e letramento, são duas portas que precisam ser trabalhadas, ou seja, a alfabetização é a aquisição do conhecimento, possibilitando a escrita e a leitura. De acordo com Lopes (2010, p. 10) “Diante dessas afirmativas, não podemos perder o foco e desconsiderar a especificidade da aquisição do sistema de escrita (ensinar a técnica), sem perder de vista as práticas sociais de leitura e escrita”.

Figura 1: Formas de Agrupamento



Fonte: Dimíttria Coutinho (2023). Nova Escola

Para conduzir o ensino de alfabetização, segundo Lopes (2010, p. 11) o professor precisa usar a técnica de agrupamento de maneira que os alunos fiquem em duplas no intuito de organizar e conduzir a aprendizagem. Desse modo, existem as ideias para possibilitar e direcionar a linha de aprendizagem. Questões a serem seguidas na condução da alfabetização em que o professor precisa valer-se ou ficar atento.

Tabela 2: Formas produtivas na condução de diferentes hipóteses alinhadas ao conhecimento

Questões em que o educador pode proporcionar na aprendizagem	
O educador como mediador do conhecimento	Compreender e coordenar o que os educandos já são capazes de fazer, analisando/averiguando suas capacidades de conhecimento sobre a grafia e as letras de forma reflexiva.
O educador como um organizador de atividades	Deve observar o nível de escrita dos educandos, fazendo agrupamentos associando os níveis de conhecimento mais aproximados para facilitar o entendimento pré silábico, silábico, silábicos alfabéticos e alfabéticos.
O educador diante da flexibilidade, paciência e proatividade	Deve observar os níveis de comportamentos dos educandos, mesclar entre os grupos, os níveis mais agitados/frenéticos com os mais impassíveis/tranquilos, para que venha fluir a aprendizagem de forma ponderada.

Fonte: tabela do próprio autor. Informações de (BARROS, 2018, p. 11).

Nessa perspectiva, a noção de letramento se mostra relevante se pensarmos no processo de aquisição e desenvolvimento de habilidades relacionadas à leitura e à escrita em suas modalidades. Soares; Batista (2005, p.50) afirmam que o “letramento é o conjunto de conhecimentos, atitudes e capacidades envolvidas no uso da língua em práticas sociais é necessário para uma participação ativa e competente na leitura e escrita”. Já Alves (2010), por sua vez, compreende que:

[...] letramento é um processo que iniciar-se no momento que nasce, quando uma mãe lê histórias para seu bebê, quando a criança finge ler um livro, quando faz rabiscos e diz que é uma história, e sempre que cria situações onde tenta exercer práticas de leitura e escrita, onde são usados procedimentos que levam a criança a conviver e experimentar todos os tipos de cultura (ALVES, 2010, p.11).

Deste modo, o letramento envolve as mais variadas formas de práticas sociais e culturais para proporcionar às discentes interações com diversos contextos e meios sociais. Portanto, relacionar práticas de letramento a práticas de ensino sistematizado é uma forma de propiciar

aos estudantes novas experiências, promovendo, assim, a aquisição de e o reconhecimentos de códigos variados a partir da experimentação mediante práticas pedagógicas.

Neste contexto os docentes têm o papel de conduzir o processo de alfabetização numa perspectiva de letramento, propondo as mais significativas formas ou situações que facilitem a leitura e escrita de cada cidadão dentro e fora do ambiente escolar promovendo a interação dos sujeitos, instigando reflexividade e criticidade.

Para que haja uma aprendizagem mais significativa, a escola deve caminhar em parceria com a família, ou seja, a comunidade familiar deve acompanhar todo o processo de escolarização dos filhos. São processos constantes na vida individual e coletiva dos grupos de aprendizagens, os profissionais da educação como um todo fazem parte do processo, com isso a escola deve estar preparada para recebê-las, propiciando ensino de qualidade, currículos adequados às necessidades de cada um.

1.3.1. Os Métodos da Alfabetização

No século XXI ouvimos com frequência, a respeito do processo de aprender com métodos e técnicas de alfabetização desenvolvidos por pesquisadores de renome da educação no mundo.

Conhecido como Pai da educação brasileira, o saudoso Paulo Freire, deixou seu exemplo como educador em muitos países do mundo. Mas foi lá em Angicos, no Rio Grande do Norte no Brasil. Onde Freire colocou em prática o seu método pela primeira vez, foi lá que ele alfabetizou 300 adultos, em 45 dias. Para FREIRE (1983)

A alfabetização é um ato criador, no qual o analfabeto apreende criticamente a necessidade de aprender a ler e a escrever, preparando-se para ser o agente desta aprendizagem. E consegue fazê-lo na medida em que a alfabetização é mais que o simples domínio mecânico de técnicas para escrever e ler.

Nesse cenário para compreender essa forma de alfabetizar precisamos nos colocar no lugar de alunos e pensar como o pedagogo Freire. Seu método embalou muitas pesquisas no cenário educacional, propondo a continuação do processo de ensino e aprendizagem. Na busca de solucionar problemas e ajudar a colocar em prática seus saberes, nos contextos da sociedade atual, levando em prática sua forma que superou o cenário daquele período, alfabetizando sua comunidade, respeitando suas adversidades sociais e suas experiências de vida. Segundo Amaral

[...] a alfabetização escolar numa perspectiva crítica fundamenta-se, principalmente, nas diretrizes teóricas da pedagogia emancipadora, desenvolvidas por Freire. Portanto, é parte de um processo que visa ao desenvolvimento da consciência crítica dos educandos, possibilitando que estes se percebam capazes de, através da reflexão e da ação, participar na transformação das relações sociais injustas e opressoras. Amaral (2002, p. 31).

O filósofo e pedagogo deixou seu legado na história da educação mundial, com seus resultados surpreendentes no processo de alfabetizar, Freire avançou nesse período com a evolução de suas pesquisas. Serviu de embalo e inspiração para muitos educadores em diversos países, dentre eles o pedagogo foi homenageado na Espanha, Finlândia, Suíça, Portugal, África do Sul, Holanda, Alemanha, Áustria, Canadá Estados Unidos e no Brasil.

Freire (1999) a alfabetização deve ser organizada de maneira que as palavras sejam do universo vocabular dos grupos populares, expressando a sua real linguagem, os seus anseios, as suas inquietações, as suas reivindicações, os seus sonhos. Nesse sentido as aulas devem ser expositivas com instrumentos da realidade estudantil, com ferramentas apropriadas. Os docentes precisam fazer uma reflexão da sua prática docente. Lembrado sempre que o protagonista do processo de aprender é o educando. Propondo a eles momentos prazerosos dentro e fora da sala de aula. O principal objetivo do pedagogo Paulo Freire era facilitar a aprendizagem dos camponeses, promovendo o saber aos jovens e adultos trabalhadores daquele período. Promovendo interação e qualidade de vida.

Freire e seu método de alfabetização atualmente, com proposta engajadora vem proporcionado aos novos educadores conhecimento da sua proposta de alfabetização e letramento. Dentro da realidade de cada público ou sua população, visto que essa temática está em constante análise por professores e pesquisadores. Uma proposta que busca analisar o processo de ensino e aprendizagem dos educandos. Promovendo atividades dentro do contexto social dos protagonistas dessa ação.

Convém enfatizar que a proposta em análise, é que o processo de alfabetização e letramento deve estimular os alunos na busca constante de se apropriarem do conhecimento. Visando um aprendizado prazeroso e significativo, onde a busca pelo conhecimento seja diária, formando assim cidadãos conscientes e aptos a exercer sua cidadania e tomada de decisões.

Nesse contexto FERREIRA, (2018) mostra "A intenção de qualquer ensino deve ser de estimular os educandos a se apropriarem do conhecimento específico e a serem capazes de

utilizá-lo em seu meio sociocultural, o que, para o Freire é a tomada de consciência`. Nesse contexto percebe-se uma preocupação com os sujeitos do processo de aprendizagens. Onde refletir e atuar na sociedade faz parte não só do contexto social, mas também educacional dos educandos.

As pesquisas analisadas mostram que o método de Freire, contribuiu para a sociedade na segunda metade do século passado. E que após anos se passar ele ainda é foco atualmente. A intencionalidade do pesquisador era alfabetizar jovens e senhores e senhoras trabalhadores rurais, que por muito tempo foram esquecidos pela sociedade educacional. Sua proposta era investir uma classe dominada pela elite, para assim conseguirem sua força de mudança e de sua libertação social.

Visto isso, os resultados advindos do método foram impactantes naquele período. Onde se viu a liberdade dos trabalhadores rurais naquela época, sendo alfabetizados no período curto nunca falado. Período esse que durou 45 dias letivos na comunidade camponesa. Percebe-se que o processo de ensino no método de Freire está voltado para os educandos, independentemente da sua idade e série/ano. Onde o foco é a educação e alfabetização nas mais variadas instrumentalizações com recursos da própria realidade. Na busca efetiva de aprendizagens significativas e contextualizadas, nas mais diversas modalidades de cada sujeito no processo e espaço para a efetivação da alfabetização.

Mediante algumas técnicas da alfabetização, recomenda-se iniciar aprendendo primeiramente a escrita do nome próprio, e para isso, certos métodos propõem algumas situações significativas. De acordo com Barros (2018, p. 11) “A escrita do nome próprio é importante e uma marcante conquista na vida da criança que se alfabetiza. Além de ter um valor social muito grande, favorece a reflexão sobre o sistema”.

Tabela 3: Técnicas de Alfabetização

Sugestões de atividades para se trabalhar o nome próprio	
Letra inicial do nome próprio	Aprender a escrever o próprio nome e o nome dos colegas, tracejando as letras
Identificar as letras de cada nome	Com o auxílio das letras iniciais, será conduzido a leitura e estas servirão para consultar outros nomes.
Escrita de outras palavras simples	Aprender a escrever outros nomes simples com o uso das letras iniciais dos nomes próprios. Ex: MA de Maria pode iniciar o nome de macaco e assim por diante.
Comparando e questionando a quantidade de letras dos nomes	Comparar o tamanho dos nomes conforme a quantidade de letras, identificando ao mesmo tempo a ordem obrigatória de cada palavra e as sílabas.
Construção fonológica	Comparando os nomes de acordo com a letra. Ex: Pedro e Paulo começam com a letra (P) Marcos e Maria começam com a letra (M).
Atividades sugeridas	Caça-palavras, letras móveis, forca, fotos, crachá, bingo, jogo da memória, baralho, dominó, quebra-cabeça,

Fonte: tabela do próprio autor. Informações adaptadas de Lopes 2010.

A alfabetização é um tema que tem sido amplamente discutido pelos mais diversos tipos de educadores e sistemas de educação, no entanto, não se pretende levantar uma discussão teórica nem tampouco ideológica acerca dos sistemas de educação vigentes no Brasil Moratti (2020).

A leitura também é primordial e considerada um dos itens mais importantes da alfabetização. Diante deste contexto, a criança precisa ser estimulada ao hábito da leitura desde cedo, pela comunidade familiar e reforçada pela escola, ou seja, a escola trabalha a escolarização dos alunos.

De acordo com Soares (2013) em especial as abordagens acerca da alfabetização, acontece gradativamente, para muitos educadores se resume na aquisição do sistema alfabético de escrita; outros, um processo pelo qual a pessoa se torna capaz de ler, compreender o texto e se expressar por escrito.

Pode ser uma aprendizagem de natureza perceptual e motora ou de natureza conceitual. O ensino, no primeiro caso, pode estar baseado no reconhecimento e na cópia de letras, sílabas e palavras. No segundo, no planejamento intencional de práticas sociais mediadas pela escrita, para que as crianças delas participem e recebam informações contextualizadas (SCARPA, 2020, p.39).

Quanto à escrita percebe-se que as opiniões também se divergem há quem defenda ser um simples código de transcrição da fala e os que acreditam ser ela um sistema de representação da linguagem, um objeto social complexo com diferentes usos e funções.

Charmeux, (2015) diz que, na Educação Infantil, as crianças recebem informações sobre a escrita quando: brincam com a sonoridade das palavras, reconhecendo semelhanças e diferenças entre os termos; manuseiam todo tipo de material escrito, como revistas, gibis, livros, fascículos entre outros; e o professor lê para a turma e serve de escrita na produção de textos coletivos.

A ludicidade faz parte do contexto da alfabetização. Aprender brincando é umas das habilidades da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), portanto, mesmo que haja divergências na concepção do requisito “aprender”, é indiscutível, pois é um assunto que vai perdurar por muito tempo na busca pela melhor forma de aprendizagem.

Existem muitas formas que são excelentes para trabalhar a alfabetização na escola. Cabe o educador ser um pesquisador e construtor do conhecimento de forma aquisitiva. O ambiente também conta em relação ao conforto, precisa ser sociável e prazeroso, interessante e dinâmico.

A Educação passa a desenvolver e cumprir seu papel social, envolvendo os discentes em atividades que favoreça seus desenvolvimentos e leve os pensar e compreender a leitura e escrita, até ao final das etapas, nesse contexto eles estarão naturalmente alfabetizados (ou aptos a dar passos largos e ousados em seus papéis de leitores e escritores).

Desse modo é importante democratizar o acesso à cultura escrita, considerando que a mesma contribuir para minimizar diferenças socioculturais. Assim para que os alunos sejam capazes de ler e a escrever, é de suma importância à participação em atos de leitura e escrita desde o início da escolarização.

1.3.2 O desafio de aprender a ler e a escrever

É indispensável para aqueles que estão iniciando a aprendizagem da escrita e da leitura, obviamente em conformidade à fase do seu desenvolvimento. Esse direito a leitura é sinônimo de direito de desenvolvimento, seja das potencialidades intelectuais ou mesmo a oportunidade de progredir, de crescer na condição de membro pensante da sociedade em que está inserido. Vale ressaltar a importância da leitura e escrita não é somente para um indivíduo especificamente, mas para toda sociedade, assim destaca Bamberger (2018).

Uma avaliação das variações dos hábitos de leitura de um país para outro indica que o valor ocupado pelos livros na escala de valores dos responsáveis pela sua promoção é de primeira importância: todas as autoridades do Estado, da comunidade e da escola, todos os professores, pais, pedagogos precisam estar seriamente convencidos da importância da leitura e dos livros na vida individual, social e cultural, se quiserem contribuir para melhorar a situação (BAMBERGER, 2018, p. 09).

O hábito de ler e escrever deve ser adquirido na trajetória de vida e deve ser iniciado ainda cedo. Pois a partir do estímulo à escrita e a leitura que as crianças podem construir o hábito de leitura resultando adultos leitores, há tempos, atrás, acreditava-se que as crianças começavam a desenvolver a capacidade de representação do mundo por volta dos dois anos de idade.

Atualmente, não restam dúvidas de que, quanto mais cedo à leitura e a escrita forem introduzidas, melhores serão os resultados, pois isso faz com que o vocabulário seja ampliado, a expressão é feita com maior desenvoltura. De acordo com Charmeux (2015). Por volta dos seis meses de idade, os textos e as ilustrações, já são compreendidos como reproduções da realidade e o mundo simbólico.

No processo de aprendizagem da leitura e da escrita, o aluno percorre vários níveis até chegar à hipótese alfabética, em que se realiza uma análise sonora da palavra que vai escrever fazendo corresponder a cada som de fala um caráter escrito.

Freire (1989) diz que, “a produção de escrita da criança torna-se legível para o adulto, mesmo não havendo ainda o domínio total das regras de ortografia, o que ocorre posteriormente, de forma gradativa”.

Desse modo, esse processo é importante ser estimulado, através da apresentação de materiais escritos na escola e no ambiente familiar, já que se trata de uma aquisição cultural, ou seja, que não ocorre apenas internamente na criança.

Já a leitura deve ser desenvolvida de maneira gradativa, um hábito adquirido e associado ao prazer e não apresentada de forma obrigatória através de imposição ou cercada de castigos e ameaças. Desse modo, os adultos que participam da vida da criança exercem papel fundamental no processo de aprendizagem da leitura e escrita.

É importante que se posicionem como modelos de leitura, que leiam para e com a criança e que insiram a leitura em sua vida o mais cedo possível. Afinal, ler é um hábito a ser desenvolvido e, como todos os hábitos só se instalam se for realizado muitas vezes.

Southier (2013) afirma que a leitura se volta de maneira importante na escrita da criança bem como do adulto na medida em que, ao ler, são memorizadas as correspondências ortografia-som sem memorizar regras, e aprendidas também às exceções das mesmas, além de ampliar o vocabulário e o conhecimento das estruturas de diferentes textos, o que aumenta o repertório e reflete-se em uma escrita melhor

É indispensável compreender que a aprendizagem é gradual, devendo ser respeitadas diferenças individuais e jamais punir ou criticar por ela não estar lendo ou escrevendo como outra da mesma idade, tendo em vista o prejuízo que tal atitude poderá acarretar o seu desenvolvimento, gerando nela sentimento de insegurança e incapacidade.

Ao permitir que as pessoas cultivem os hábitos de leitura e escrita, respondam aos apelos de uma cultura que expande um vocabulário criativo e o senso crítico, podendo inserir-se criticamente na sociedade, a aprendizagem da língua escrita deixa de ser uma questão estritamente pedagógica para alçar-se à esfera política, evidentemente pelo que representa o investimento na formação humana.

A escrita é importante na escola, porque é importante fora dela e não o contrário. Ao se motivar a escrita e a leitura, é colocar em funcionamento um comportamento atuante, diligente e vigilante, de construção inteligente de significado. Embora as estratégias cognitivas da escrita e da leitura não possam ser modeladas, pode-se, mediante o ensino promover situações que propiciem ao aluno desenvolver as suas potencialidades. A leitura e a escrita efetiva exigem habilidade com linguagem, habilidade em aprender, se a criança entende o seu próprio mundo fora da escola ela adquiriu essa habilidade (FERREIRO 2001, p.50).

Foi possível construir uma ponte entre o processo de alfabetização e letramento promovendo o ensino dentro das comunidades apesar de algumas dificuldades em trabalhar o tema em sala de aula. Nessa perspectiva, é importante que o docente estabeleça situações de escrita e leitura, que visem a funcionar, de fato, como uma espécie de treinamento para a abertura do espírito crítico e, acima de tudo, do espírito investigativo.

As exigências cada vez maiores, as inovações tecnológicas e as crescentes influências da televisão, da imprensa escrita, da informatização, levaram as formas de aprender e sentir a se modificarem, sinalizando uma revolução profunda nas concepções sobre as práticas pedagógicas. Cada vez mais a escola deve voltar-se para a sociedade, ser uma estimuladora da produção de conhecimento, promovendo a alfabetização e futuramente produtores de textos competentes, capazes de selecionar as informações e analisá-las na construção de uma sociedade mais justa.

1.4. Jogos: um breve histórico

Desde o início da civilização, os jogos foram utilizados e perpassam todas as esferas da história da humanidade, desde os primórdios até atualidade, acompanhando os avanços tecnológicos, abre caminhos e significados que possibilitam propiciar novos caminhos a favor do desenvolvimento de todos.

Nos primórdios, o jogo já tinha sua função educacional de ensinar através de elementos e funções necessários para a sobrevivência, com os objetivos de ensinar a caçar, nadar, pescar, andar, e até mesmo difundir práticas culturais, utilizando a dança como recurso de harmonia e lazer entre todos. Segundo pesquisadores, dentre ele ao discorrer sobre os jogos.

Menciona que encontramos o jogo na cultura, como elemento dado existente antes da própria cultura, acompanhando-a e marcando desde as mais distantes origens até a fase de civilização em que agora nos encontramos. pode-se compreender que o jogo é inerente aos seres humanos, e que mesmo o jogo mais simples tem sua função social e seus objetivos a ser alcançado, qual seja, reunir diferentes povos de culturas sociais diferentes, que compõe o cenário (HUIZINGA, 2000, p.07).

Assim, entende-se que o jogo tem espaço reservado em diferentes sociedades, pois cada reserva momentos lúdicos e distintos para vivência e experiências de ordens diversas, sendo o espaço escolar lugar fundamental para as vivências a ludicidade. Nesse sentido, o jogo está relacionado ao passado, presente e futuro, ligado a história no tempo e no espaço e, se usado de

maneira correta, pode proporcionar e possibilitar aos docentes meios de transmitir conceitos e práticas essenciais na educação contemporânea.

No entanto, são vários os tipos de jogos inseridos na sociedade os jogos digitais, de tabuleiro, de xadrez, de cartas, de mesa, de perguntas e respostas, também os quiz, entre outros. Essas modalidades de jogos adquirem importância e funções nos ambientes em que estão inseridos, principalmente no ambiente educacional, quando manuseados pelos educandos e acompanhados de seus referidos docentes e orientadores. Segundo Giacomoni e Pereira (2013,p.22) corroboram com a ideia.

Neste cenário, o jogo cria ordem, e é ele próprio ordem, em sentido pleno, e a desobediência e essa ordem corrompe o jogo, retirando completamente o sentido de sua existência”. No atual contexto, boa parte da população não se dá conta da quantidade e variedade de jogos que estão disponíveis e presentes no cotidiano, para corroborar com o processo aprendizagem, bem como das influências que esses recursos e tecnologias como redes sociais, smartphones, boots entre outros, exercem em nossas ações (GIÁCOMONI. PEREIRA 2013, p. 22).

Já no contexto educacional, têm-se buscado criar possibilidades de práticas pedagógicas que propiciem melhor manejo de recursos tecnológicos digitais, com o desenvolvimento de novas ferramentas e os avanços da inteligência artificial.

Mas, cabe perguntar: após conceituarmos o que seria o jogo, o que seria o jogo sério e que aspecto o diferem do jogo propriamente dito, se este, por todo o exposto anteriormente, consiste, em suma, em entretenimento?

O jogo sério apresenta um propósito, no caso, educacional, sem excluir todas as outras características propriamente ditas dos jogos. O jogo sério consiste, portanto, em uma adaptação de um jogo, para fins educacionais, envolvendo um conteúdo ou habilidade definida em sua preparação.

Conforme Santos (2018) os jogos fazem parte do universo infantil, as crianças possuem a capacidade de criar atividades para seu divertimento. Existe uma variedade de jogos, neste sentido as crianças aproveitam para gozar da companhia dos colegas. Desse modo ressalta-se que o jogo não significa apenas recrear-se, antes pelo contrário, é a forma mais completa que a criança tem de comunicar consigo mesma e com o mundo.

Assim a criança precisa ter tempo e espaço para tal atividade. É importante proporcionar um ambiente rico para o jogo e estimular a atividade lúdica no ambiente

familiar e escolar, lembrando que rico não quer dizer ter brinquedos caros, mas fazer com que elas explorem as diferentes linguagens que o jogo possibilita (musical, corporal, gestual, escrita), fazendo com que desenvolvam a sua criatividade e imaginação, é justamente com o jogo que a criança aprende a estruturar sua própria realidade. Além disso, descobre, compreende o papel dos adultos (DALLABONA; MENDES, 2016, p. 3).

Para Maluf (2013) os jogos e brincadeiras podem incorporar valores morais e culturais, em que as atividades podem promover à autoimagem, a autoestima, a cooperação, já que o lúdico conduz à imaginação, fantasia, criatividade e à aquisição do sentido crítico, entre outros aspectos que ajudam a moldar as suas vidas, como crianças e, futuramente, como adultos.

É através da atividade lúdica que a criança se prepara para a vida, assimilando a cultura do meio em que vive, integrando-se nele, adaptando-se às condições que o mundo lhe oferece e aprendendo a competir, cooperar com os seus semelhantes: a conviver como um ser social, os jogos podem ser empregados no trabalho da ansiedade, pois, esse sentimento compromete a capacidade de atenção, de concentração, as relações interpessoais, a autoestima, e, conseqüentemente, a aprendizagem. Através dos jogos competitivos e com a aplicação das regras, os limites podem ser revistos e as crianças desenvolvem conceitos de respeito e regras, tudo isso de uma maneira prazerosa.

Assim a apresentação de conteúdos em textos escritos acompanhados por outros tipos de elementos como jogos e brincadeiras tornam os ambientes educacionais muito mais atrativos e prazerosos. Aponta-se relevância da linguagem lúdica, pois a mesma une jogos sendo assim uma excelente possibilidade para a geração de conhecimento para o aluno da Educação Infantil (DALLABONA E MENDES, 2006, p.03)

A sociedade exige que a escola, mais precisamente os professores, resolvam todos os problemas dos alunos, todavia, existem limitações para todos os que estão envolvidos no processo de ensino/aprendizagem. O aluno por si só dificilmente não terá capacidade de solucionar todo o seu déficit de aprendizagem; o professor também não terá condições de sanar problemas das mais diferentes ordens enfrentadas pelos alunos e que muitas vezes reflete na sua aprendizagem.

Desse modo destacam-se os jogos como recurso para o processo de ensino-aprendizagem entre os alunos da Educação Infantil, atualmente a utilização do lúdico como ferramenta de aprendizagem é vista com menos relutância por educadores, pois essa forma de expressão é entendida como um meio vasto e interessante, as atividades lúdicas constituem uma

linguagem visual própria, formada a partir de brinquedos, brincadeiras e um grande leque de expressões.

Maluf (2013) destaca que ao se trabalhar os jogos como forma alternativa, o ensino torna-se prazeroso, aumentando assim a motivação e o interesse pela aprendizagem, a utilização de jogos promove uma aprendizagem mais significativa, estimulando o cálculo mental, a dedução de estratégias, o domínio das operações fundamentais, a construção de conceitos e desenvolvimento de raciocínio lógico.

Quando crianças jogam, demonstram prazer e alegria em aprender, têm oportunidade de lidar com suas energias em busca da satisfação de seus desejos. E a curiosidade que os move para participar do jogo é, em certo sentido, a mesma que move os cientistas em suas pesquisas. Dessa forma é desejável buscar conciliar a alegria do jogo com a aprendizagem escolar.

Para Kishimoto (1998) o aspecto afetivo se encontra implícito no próprio ato de jogar, uma vez, que o elemento mais importante é o envolvimento do indivíduo que brinca, ensinar é desenvolver raciocínio lógico, estimular o pensamento independente, a criatividade e a capacidade de resolver problemas. Os educadores de matemática devem procurar alternativas para aumentar a motivação para a aprendizagem, desenvolver a autoconfiança, a organização, a concentração, estimulando a socialização e aumentando as interações do indivíduo com outras pessoas.

Segundo Dallabona e Mendes (2016), o uso de jogos e curiosidades tem o objetivo de fazer com que os alunos gostem de aprender essa disciplina, mudando a rotina da classe e despertando o interesse do aluno envolvido. A aprendizagem através de jogos como dominó, quebra-cabeça, palavras cruzadas, memória e outros, permite que o aluno faça de aprendizagem um processo interessante e divertido.

Para Dallabona; Mendes (2016) como ferramenta de aprendizagem, pode-se verificar que além da particularidade da forma, a própria linguagem lúdica, com foco principalmente nas imagens, cores e movimentos constitui um elemento de maior proximidade emocional com o aluno, especialmente para as crianças.

Na atualidade os jogos são de fundamental importância, tanto para a educação, como para as inúmeras pesquisas e diversas áreas de conhecimento, tornado como fonte para as diversas teorias existentes que estudam os comportamentos e a ludicidade através de jogos.

Nesse contexto Alves (2010) menciona correntes teóricas sobre o jogo como se pode observar na tabela 04:

Tabela 4: Correntes Teóricas sobre os jogos e seus períodos

Período	Corrente Teórica	Descrição Sumária
Final do século XIX	Estudos evolucionistas e desenvolvimentista	O Jogo infantil era interpretado como a sobrevivência das atividades da sociedade
Final do século XIX	Difusionismo e particularismo	Nesta época percebeu-se a necessidade de preservar os costumes
Começo do século XX	Preservação do jogo	Infantis, e conservar as condições lúdicas. O jogo era considerado uma característica universal de vários povos, devido a difusão do pensamento humano e conservadorismos das crianças.
Década de 1920 a 1950	Análise do ponto vista cultural e de personalidade: a projeção do jogo	Neste período ocorreram inúmeras inovações metodológicas para o estudo do jogo infantil, analisando em diversos contextos culturais. Tais estudos reconhecem que os jogos são geradores e expressam a personalidade e a cultura de um povo.
Década de 1920 a 1950	Análise funcional: socialização do jogo	Nesse período a ênfase foi dada ao estudo dos jogos adultos como mecanismos socializador.
Década de 1950	Análise estruturalista e cognitivista	O jogo é visto como uma atividade que pode ser expressiva ou geradora de habilidades cognitivas. A teoria de Piaget merece destaque, uma vez que possibilita compreender a relação do jogo com a aprendizagem.

Década de 1950 a 1970	Estudos de comunicação	Estuda-se a importância da comunicação no jogo.
Década de 1970 em diante	Análise ecológica, etológica e experimental: definição do jogo	Nesta teoria foi dada a ênfase ao uso de critérios ambientais observáveis e/ou comportamentais. Verificou-se, também, a grande influência dos fabricantes dos brinquedos nas brincadeiras e jogos.

Fonte: Alves, 2010 – adaptado.

Diante do exposto acima vimos o quanto a utilização dos jogos pedagógicos é importante e relevante, dentro de um contexto de aprendizagem, no intuito de favorecer o aprendizado dos educandos, proporcionando interação entre discentes de uma mesma turma e até mesmo com a sua comunidade/sociedade, favorecendo assim a todos.

2. EDUCAÇÃO E CULTURA DA COMUNIDADE INDÍGENA DA MALACACHETA

Com a então promulgação em 1988 da Constituição Federal Brasileira, que organizou alguns movimentos sociais, em busca de melhorias, também surgiu os movimentos dos povos indígenas, como parte integrante de suas lutas em prol de melhorias em todos os setores, saúde, educação, preservação de seus espaços, as lutas foram constantes na procura de melhorias condições da comunidade.

O processo educacional e suas constantes lutas, ou seja, por uma Educação Escolar Indígena pautada na valorização da cultura dos nativos. Para benefícios de todos, assim enaltece-se a nova Constituição, onde os povos indígenas deixaram de ser considerados como categoria social, em via de extinção, e passaram a ser reconhecidos como grupo étnico diferenciado, como seu direito a manter sua organização social, e preservar seus costumes, como línguas, crenças e tradições culturais dentro de qual espaço público.

Mesmo com seus direitos garantido, ainda se vê nos dias atuais um grande preconceito na sociedade. Para isso precisamos trabalhar nas salas de aulas a valorização dos povos, sejam eles: indígenas, ribeirinhos, rurais, quilombolas, negros e brancos, cada um com suas peculiaridades, povos de direitos e deveres. Cidadão da mesma sociedade.

Seus organizadores, responsáveis pela comunidade indígena aprende e respeita seus direitos a aprendizagem. Aprendendo e respeitando os sujeitos, e suas culturas nacionais sociais. Para as autoras, esses ensinamentos eram, desde o princípio, passados pelas gerações de forma oral, na convivência diária, durante cerimônias e/ou rituais, na transmissão das lendas e ainda nas diferentes formas em que cada comunidade está estruturada. Sobre isso,

GRUPIONI, L, D, B. Adaptação (1996/2000, p. 03) observam que:

As comunidades indígenas costumam, geralmente, educar por meio de sua cultura e de seus legados sociais. Discorrem cerca das diferentes formas de educar indígenas, que envolvem simbologias empregadas nos rituais, nas festas, nos sacrifícios, no meio da sobrevivência e nas formas de convivência. GRUPIONI, L, D, B. Adaptação (1996/2000).

Dessa forma, é possível compreender que, ainda de forma diferenciada do modelo “colonizador” que lhes foi imposto, os indígenas, em suas diferentes comunidades, já possuíam um sistema educativo próprio, que visava a transmissão dos costumes e conhecimentos através das gerações, costume que é mantido até os dias atuais.

Assim, Bergamaschi; Medeiros (2010, p. 55) denotam que, mesmo vivenciando ricamente sua cultura, os povos indígenas sofreram dos colonizadores um processo que os subjugou e se impuseram em todos os aspectos, especialmente os educacionais. Contudo, mesmo diante dessa imposição, lograram êxito em preservar algumas tradições, princípios e valores.

A educação escolar indígena no Brasil foi imposta aos povos originários desde os primórdios da colonização com o intuito de catequizá-los e civilizá-los. No entanto, coerentes com suas cosmologias, esses povos mantiveram um modo próprio de educação (BERGAMASCHI; MEDEIROS, 2010, P. 55).

Entende-se que esses povos aprenderam a conviver com uma cultura que lhes foi imposta, mas, mantiveram um modo particular de educar, por vezes mesclando a sua cultura à dos colonizadores, por vezes adaptando-a, por outras, recriando-a. Segundo Bergamaschi e Medeiros (2010). Um dos aspectos dessa convivência está em considerar o contexto no qual estão/são inseridos como fonte de aprendizagem. Trata-se de entender o mundo a sua volta como parte de sua vida e a relação mantida com esse mundo torna-se um meio para entendê-lo.

Nesses termos, é possível realizar uma conexão entre o modo de educar/aprender indígena com as teorias sociointeracionistas de Vygotsky, uma vez que para este, a aprendizagem e o conhecimento são construídos a partir das relações estabelecidas entre o homem e o meio. Portanto, é plausível dizer que a Educação Indígena sofreu diferentes processos, mas, manteve a sua essência, e pode ser apoiada, ainda que de forma não-intencional, nas teorias de aprendizagem de Vygotsky.

Desse modo, Albuquerque (2012, p. 12) interpretam que a origem da educação indígena se relaciona com a história do Brasil por meio, inicialmente, da dominação, passando pela integração e homogeneização cultural e, mais atualmente, culminando no pluralismo cultural. Sob o aspecto legal, a educação Indígena atravessou e ainda atravessa vários processos de aceitação e reconhecimento. Nesse sentido, Constituição Federal de 1988 (2012) ressaltam que:

Essas tendências formam a base política de governo que é desenvolvida a cada etapa da história do país. A ideia de integração firmou-se na política indigenista brasileira até recentemente, persistindo, em sua essência, desde o período colonial até o final da década de 1980, quando um novo marco se constrói com a promulgação da Constituição Federal de 1988. 2012, p. 12).

Diante disso, percebe-se que a Constituição Federal de 1988, doravante CF/88, foi um marco para a educação indígena, uma vez que foi por meio dela que foram estabelecidos e assegurados aos indígenas os seus direitos aos seus costumes e “ao uso das línguas maternas e

de seus processos próprios de aprendizagem” Albuquerque (2012). Assim sendo, a CF/88 estabelece em seu capítulo VII – Dos Índios, o direito à alteridade cultural.

Título VIII – Da Ordem Social - Capítulo VIII – Dos Índios. Art. 231 São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.
Art. 232 Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo na defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo (BRASIL, 1988).

Nesse sentido, Grupioni (2005) argumenta que a CF/88 abandona a postura integracionista que via as comunidades indígenas “como uma categoria étnica e social transitória, fadada ao desaparecimento”. Segundo o autor, a aprovação da nova constituição deixou clara a importância e da alteridade indígena e assegurou-a, isto é, a partir da CF/88 os índios puderam ter “o direito de ser índios e de permanecer como tal”.

A comunidade indígena, enquanto parte da comunhão nacional, teve também o direito à educação assegurada, além dos direitos à capacidade processual, ou seja, o direito ao acesso aos processos judiciais aos quais todo o cidadão brasileiro possui. Entretanto, as alterações realizadas nos artigos 78 e 79 da CF/88, determinando que o Sistema de Ensino deveria responsabilizar-se pelo desenvolvimento de programas integrados de ensino e pesquisa, para a promoção de uma educação escolar bilíngue e que contemplasse a interculturalidade indígena.

Art. 78. O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos:
I - Proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências;
II - Garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias (BRASIL, 1988).

Já no seu artigo 210, o uso das línguas maternas e dos processos próprios de aprendizagem também ficam sob a responsabilidade do Estado, que deverá proteger tais manifestações culturais. Para Grupioni (2005, p.14), esses dispositivos conceitualizaram os valores escolares pois, priorizam a valorização das línguas e dos costumes indígenas. Para o autor, esse processo oportunizou o desempenho de um importante e necessário papel no processo de autodeterminação desses povos. Esse direito ao uso da língua materna e dos

processos próprios de aprendizagem ensejou mudanças na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

No ano de 1994, surgem as primeiras Diretrizes educacionais voltadas para a Educação Escolar Indígena dentro de seus espaços comunitário. Acontecimento este que contribuiu positivamente para que dois anos mais tarde, a educação escolar para os povos originários fosse reconhecida em Lei das Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96), que favoreceu mais tarde em artigos que está a disposição dos povos originários em legislação vigente.

Ademais podemos citar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, a (LEBEN). Que veio fortalecer o processo de educação dos povos indígenas. A lei cita que o estado garante a vaga e as famílias têm o direito fazer a matrícula em estabelecimentos de ensino público, garantido aos alunos o acesso e a permanência nas escolas com uma educação de qualidade.

Entretanto, mesmo com as novas diretrizes legais e a inserção dos novos dispositivos no Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172 de 9 de janeiro de 2001), para Lima (2018, p. 63), estes foram implementados pois “o modelo de educação não satisfaz aos interesses da cultura indígena, de modo que sua prática pedagógica atuava contra eles”. Nesse sentido, Buratto (2017) aponta que:

Apesar da legislação nacional e internacional garantir atendimento a todos os cidadãos, na prática são muitas as dificuldades para a implantação desses direitos. As populações indígenas encontram-se em situação de subordinação e exploração econômica e as mais diversas formas de exclusão (BURATTO, 2017, p.02).

A preocupação com a evolução desses programas desenvolvidos revelou a necessidade da criação e implantação de políticas públicas que favorecessem essas comunidades. Proporcionando uma educação indígena voltado para a sua realidade. E que favoreça suas necessidades. Organização dos grupos e comunidades indígenas em busca dos seus direitos.

Dessa forma, os Parâmetro Curricular Nacional (PCN) abordam essa temática identificando a pluralidade cultural como um de seus temas transversais (BRASIL, 1997). Assim sendo, estabelecem como objetivos o conhecimento e a valorização da pluralidade do patrimônio sociocultural do país, bem como especializá-los frente aos de outras nações,

assumindo um posicionamento não-discriminatório, que valoriza as diversidades brasileiras como um todo (culturais, sociais, religiosas, raciais, entre outros).

Destarte, os PCNs reiteram que as escolas indígenas precisam preservar suas pedagogias próprias. Consideram, portanto:

Tratar da presença indígena, desde tempos imemoriais em território nacional, é valorizar sua presença e reafirmar seus direitos como povos nativos, como tratado na Constituição de 1988. É preciso explicitar sua ampla e variada diversidade, de forma a corrigir uma visão deturpada que homogeneiza as sociedades indígenas como se fossem um único grupo, pela justaposição aleatória de traços retirados de diversas etnias. Nesse sentido, a valorização dos povos indígenas faz-se tanto pela via da inclusão nos currículos de conteúdos que informem sobre a riqueza de suas culturas e a influência delas sobre a sociedade como um todo, quanto pela consolidação das escolas indígenas que destacam, nos termos da Constituição, a pedagogia que lhes é própria (BRASIL, 1998, p. 39).

Grupioni (2005) entende que, mesmo com a promulgação da LDB, que instituiu a “Década da Educação” em seu 87º artigo, esta estabeleceu ainda um Plano Nacional de Educação que colocasse em prática suas regulamentações. Para o autor, os direitos conquistados pelos povos indígenas brasileiros, em prol de uma educação escolar diferenciada, específica, intercultural e bilíngue ainda estão em processo de construção, uma vez que:

Vem sendo regulamentado por meio de vários textos legais, a começar pelo Decreto 26/91, que retirou a incumbência exclusiva do órgão indigenista (Funai) de conduzir processos de educação escolar nas sociedades indígenas, atribuindo ao MEC a coordenação das ações e sua execução aos estados e municípios. A Portaria Ministerial nº559/91 aponta para a mudança de paradigmas na concepção da educação escolar destinada às comunidades indígenas, quando a educação deixa de ter o caráter integracionista preconizado pelo Estatuto do Índio (Lei nº 6.001/73) e assume o princípio do reconhecimento da diversidade sociocultural e linguística do país e do direito a sua manutenção (GRUPIONI, 2005, p.45).

Corroborando com o cenário que a Educação Indígena representa no contexto brasileiro durante os períodos de 80 até aos anos 2000 serviu para incentivar as discussões acerca das escolas nas aldeias indígenas. Dessa maneira, tal encorajamento impulsionou o próprio sistema educacional na incrementação de ações de formação docente indígena. Essas ações vêm crescendo e se estabelecendo é financiada pelo Governo Federal e pelos governos estaduais, tendo o apoio e o suporte das universidades e de organizações não-governamentais.

É o caso da Região Norte do Brasil, mais especificamente no Estado de Roraima, onde as comunidades indígenas vêm traçando um caminho de luta para assegurar sua alteridade e garantir o respeito que merecem da sociedade.

De acordo com a UNICEF (2014), o Relatório das Nações Unidas pela Infância de 2014, traz à tona a realidade de marginalização e discriminação das crianças indígenas, afirmando que estas “sofrem com altas taxas de mortalidade infantil, falta de cuidados médicos, pouca oferta de escolas e ensino de qualidade inferior”.

Buratto (2018, p.02) corrobora com esse pensamento, ressaltando que essa realidade se intensifica “quando os nativos apresentam algum tipo de deficiência, seja ela sensorial (surdez, cegueira), física ou intelectual”. Já em março de 2008, houve alteração na lei de diretrizes e bases da educação nacional, em seu artigo 26-A, alterado pela lei de nº 11.645. que passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil;
 § 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileira (BRASIL, 2008, p.01).

A lei garante que os povos indígenas passem a ser respeitados dentro dos seus limites e costume, em seus espaços sociais e culturais. Neste contexto as políticas públicas voltadas a educação dos povos originários, precisa que seus governantes sejam comprometidos com o processo educacional e social. Promovendo um currículo específico aos seus componentes como também voltada para a educação com métodos e técnicas específicas da sua região. Com o objetivo de avançar e de levar conhecimentos que os ajudassem a entender e compreender o mundo como um universo tecnológico pautado na educação de qualidade para todos. Assim:

[...] a diversidade sociocultural e linguística dos povos indígenas, garantindo a eles uma educação pautada no respeito e seus valores, no direito à preservação de suas identidades e na garantia de acesso às informações e aos conhecimentos valorizados pela sociedade nacional (Art.78). Além disso, atribui à União o encargo do apoio técnico e financeiro a estados e a municípios para o desenvolvimento de ações no campo da educação escolar indígena, com a garantia de incorporação de “currículos e programas específicos” e a publicação sistemática de material didático específico e diferenciado (Art. 79) (LUCIANO, 2006, p. 154).

Pode-se dizer então, que a educação dos povos originários, ganha seu verdadeiro espaço dentro da sociedade, quando se respeita seus valores e culturas no espaço em que eles estiverem, pois cada um pode escolher onde residir, qualquer lugar pode ser seu espaço, sem perder seus direitos de prática e cresças, valores, costumes.

Nesse contexto é necessário saber o que é Educação Tradicional e seus objetivos, para chegar-se a uma definição do que seria Educação Escolar Indígena ou educação tradicional nos moldes contemporâneos. São aquelas repassadas de geração a geração, ou seja, de pai para filho. Dentro da mesma comunidade, entre seus participantes ativos seguindo a ordem sempre do mais velho para o mais novo, dentro das suas comunidades.

Esses conhecimentos são transmitidos pelas pessoas com mais experiências, por meio de histórias e rituais, ou até mesmo lendas, ou seja, é todo conhecimento que ocorre dentro da comunidade, não se fazendo necessário de educador (professor com formação específica), para ensinar suas crianças e jovens. Nesse sentido Luciano (2006) destaca que:

Os pais e os avós são os responsáveis por transmitir aos seus filhos ou netos, desde a mais tenra idade, a sabedoria aprendida de seus ancestrais. Assim as crianças desde cedo vão aprendendo a assumir desafios e responsabilidades que lhes permitam inserir-se na vida social e o fazerem, principalmente, por meio da observação, da experiência empírica e da autorreflexão proporcionadas por mitos, histórias, festas, cerimônias e rituais realizados para tal fim (LUCIANO, 2006, p. 130).

Assim pode-se falar que a educação indígena começa desde os primeiros passos até ao fim da vida, os ensinamentos trazem paz, harmonia dentro dos espaços das comunidades, é importante relatar que quanto mais vividas mais experiências elas têm, são considerados pela comunidade como doutores, médicos e professores da vida. Sem tem necessidade de brancos entrar no seu meio para fazer qualquer procedimento no seio do seu povo.

Sendo necessário que tal educação siga algumas características fundamentais para que ocorra o processo de educação escolar, pautada nos valores, respeite a diversidade sociocultural dos discentes tais como: educação Comunitária, Intercultural, Bilíngue/multilíngue e Específico-Diferenciada dentro dos moldes culturais, o Referencial Curricular Nacional para A Educação Infantil (RCNEI, 1998) enfatiza que:

Porque conduzida pela comunidade indígena, de acordo com seus projetos, suas concepções e seus princípios [...]; Intercultural 'Porque deve reconhecer e manter a diversidade cultural e linguística [...]; Bilíngue/multilíngue 'Porque as tradições culturais, os conhecimentos acumulados, a educação das gerações mais novas, as

crenças, o pensamento e a prática religiosos, as representações simbólicas, a organização política, os projetos de futuro, enfim, a reprodução sociocultural das sociedades indígenas é, na maioria dos casos, manifestados através do uso de mais de uma língua [...]; Específica/Diferenciada “Porque concebida e planejada como reflexo das aspirações particulares de povo indígena e com autonomia em relação a determinados aspectos que regem o funcionamento e orientação da escola não-indígena (BRASIL, 1998, pp.24).

Nesse contexto social, observa que os povos originários não buscam uma educação pautada em conhecimentos científicos e sim de uma educação voltada para os interesses comunitários, que respeitem e valorizem suas diversidades culturais, sua língua, seus rituais e tradições. Diante de todo esse contexto serão abordados os valores culturais da Comunidade Indígena Malacacheta, a comunidade tem em seus mapeamentos o número de 350 famílias cadastradas, com um número de 1.300 pessoas, das quais 450 são alunos da escola estadual, e 75 são alunos da educação infantil da escola municipal.

A comunidade tem um posto de saúde, um barraco, uma escola de ensino profissional, tem como representante o sr. Tuxaua José Ailton, da etnia wapixana, sua cultura preservada é transmitida pela cotação de histórias e pela oralidade na transmissão dos valores da comunidade de geração para geração. Suas famílias são oriundas do tronco étnicos: wapixana, macuxi, e da junção dos povos indígenas da Guiana inglesa.

Foto 1: Kanaimé



Fonte: OPIRR, 2023.

A comunidade apresenta diversas histórias e “estórias”, mitos e lendas, as quais se destacam: o famoso Kanaimé e a lenda da Cruviana. Sendo que o primeiro é a lenda de um espírito que ataca os forasteiros e desavisados que andam sozinhos à noite e a segunda é a lenda dos ventos fortes da madrugada a qual abre portas e derruba os indígenas de suas redes.

Foto 2: Lenda da Cruviana



Fonte: OPIRR, 2023.

E a lenda da Cruviana explica o frescor das madrugadas roraimenses, durante todas as noites, a linda deusa do vento se transforma em brisa. Sendo então uma ‘assombração’ que aparece junto ao vento amaldiçoado que sopra de madrugada no sertão e em zona desérticas e mata aqueles que dormem desprotegidos do lado de fora de suas casas.

Foto 3: Caxiri



Fonte: OPIRR, 2023.

A alimentação da comunidade tem como referência o Caxiri, que é extraído da fermentação da mandioca, que passa por sua fermentação, a farinha de mandioca, milho e arroz, grãos, frutas, legumes, carne, aves e peixes. Em relação aos alimentos consumidos pelos povos indígenas desta comunidade. Destaca-se ainda a bebida produzida pela fermentação da mandioca, muito conhecida na região da Malacheta chamada de Caxiri.

Foto 4: Damurida



Fonte: arquivo pessoal do autor, 2023.

Nessa nuance cultura alimentar dos povos indígenas não podemos deixar de destacar a Damurida, que é um tipo de caldo feito à base de pimenta e o Tucupi extraído da macaxeira.

A comunidade tem em sua organização um calendário de ações realizada dentro de seu espaço cultural, assim destaca-se um breve resumo das atividades realizadas, em prol e benefício de todos. Reunião comunitária: A reunião é liderada por representantes da aldeia e tem como objetivo discutir os anseios da comunidade.

Tabela 5: Calendário das Ações

ATIVIDADES REALIZADAS	
1ª ação: Reunião da escola	Avançar na oferta e melhoria da educação escolar
2ª ação: Proposta de trabalho coletivo	qual possa ofertar subsídios para vencer as barreiras e entraves que inviabilizam a construção de uma escola pública que eduque de fato para o exercício pleno da cidadania e seja instrumento real de transformação social. Espaço em que se aprenda a aprender, a conviver e a ser com e para os outros.
3ª ação: Alfabetização	A escola vem desenvolvendo um trabalho que se destaca no que diz respeito sobre a alfabetização e melhor educação para os alunos, a professora tentam da melhor maneira compreender a necessidade de cada um, e onde ele tem mais dificuldade para aprender determinado assunto, dessa forma pode-se trabalhar melhor a educação e mostrar ao aluno que ele é capaz de aprender mesmo respeitando suas dificuldades

Fonte: Tabela do próprio autor.

A comunidade indígena Malacacheta localizada no Município do Cantá – RR fica a distância de 65 km da Cidade de Cantá, e é formada por indígenas da etnia wapixana com tronco linguístico Aruak, o número de famílias que reside lá são 350, com um total geral de 1.300 pessoas, na sua maioria falante da língua portuguesa, língua materna wapixana, macuxi e inglês.

A comunidade tem em sua localidade, 01 posto Médico, 01 escola Estadual com 450 alunos matriculados, que funciona no turno matutino e vespertino, 01 escola Municipal com 75 alunos de educação infantil matriculados, que funciona nos turnos matutino e vespertino, 01 Escola de educação Técnica, 01 quadra desportiva, 04 igrejas, 01 barracão de reunião. 02 casas de apoio para profissionais, nas suas adjacências tem 3 comércios.

Foto 5: Localização da terra indígena (TI) Malacacheta no Sudoeste de Roraima



Fonte: Folha de Boa Vista, 2023.

Ainda são mantidos costumes, alimentação como, por exemplo: o hábito de andar descalço, o costume de dormir em rede, o hábito da pesca e caça, alimentação à base de mandioca, farinha, beiju, além das crenças na eficácia das plantas.

2.1 Formação Docente

Na região a língua wapixana é a predominante dos povos da comunidade, porém não é a predominante dentro das escolas, o que se vê é que os alunos da educação infantil têm muita dificuldade em falar e se comunicar nesse espaço. Percebe-se que a língua utilizada pelos professores não é a mesma que as famílias se comunicam com as crianças. Isso dificulta o processo de aprendizagem. A escola Municipal tem 4 professores, desses dois são wapixana e dois não nativos, vindo da capital Boa Vista. Sobre isso reforça Monte (2001):

[...] a Unesco já, em 1953, declarava a importância do uso da língua materna na educação escolar e iniciava uma série de reorientações nos paradigmas e fundamentos políticos e técnicos que ajudaram a reformular os discursos oficiais a respeito da educação escolar para sociedade indígena (MONTE; 2001, p.50).

Apesar da existência e persistência dos avanços educacionais para o desenvolvimento de metodologias para a superação de problemas adversos, dentro da educação, com proposta de capacitação docente e formação de professores com a proposta de ensino, na busca de novos conhecimentos globais.

Porém nem sempre é assim, como por exemplo, na comunidade citada, os professores, nascido da etnia wapixana não fala sua língua materna. A justificativa é que jovens saíram da comunidade em busca de formação profissional, assim perdera a prática de falar na sua língua materna, em meio a modelos e tendências pedagógicas, e com a fala desses profissionais, verifica a importância de formação continuada e cursos de nível superior o mais próximo da realidade das perto das comunidades.

O Estado de Roraima possui duas universidades e um instituto federal, localizados capital do estado na Cidade de Boa Vista, há certa distância das realidades das comunidades indígenas, mesmo com a disponibilização de cotas garantida na lei o número é mínimo, neste contexto quando um jovem ou até mesmo um adulto dos povos indígenas, tem os interesses de procurar uma formação ou capacitação para sua qualificação.

É preciso sair das suas aldeias, suas comunidades, deixando tudo para trás, muitas dessas pessoas desiste e volta para suas comunidades, por não tem o apoio dos governantes e não possui recursos financeiros para custear suas dispersas na cidade.

Com o advento das tecnologias, a educação também tem ganhado o apoio e parcerias vias Internet. Para uma educação de melhor acesso, hoje se vê constantemente os recursos tecnológicos invadindo os espaços que era de difícil acesso, proporcionando ao seu público, momentos de integração social, através das redes de internet instaladas em todo o país.

Pensar em metodologias ativas que tornem o estudante ativo no processo de aprendizagem, não é exatamente uma novidade no nosso país, teorias educacionais fundamentada na teoria epistemológica de Jean Piaget (1967) discutem há muito tempo uma abordagem construtivista, que facilitem o estudante a ser o autor de sua própria história na construção do conhecimento.

Dentro de seus próprios espaços, ou comunidade indígena, com bases pedagógicas, um ponto relevante e o acesso e a utilização da internet no seu dia a dia como acadêmico, funcionários ou até mesmo pesquisado, tem a falta equipamentos básicos de informática, para o acesso, ou até mesmo as constantes quedas de energia elétrica, são alguns dos pilares que prejudica e atrasos o uso das tecnologias dentro da comunidade indígena nos dias atuais.

Contudo ainda se espera novos avanços tecnológicos, que favoreça a formação docente, seja ela inicial ou continuada, pois ainda não se ouviu falar em uma tecnologia mais rápida e eficiente do que o advento da Internet. Um desenvolvimento social que acabaram contribuindo

para que novas práticas didáticas começassem a ser desenvolvidas no contexto social. Entre essas possibilidades, estão as metodologias ativas, que surgiu dar autonomia aos estudantes, enquanto transforma as práticas e sua formação docente.

Nesse contexto a comunidade tem um polo de assistência aos docentes da região Serra da Lua, o polo tem um coordenador, dois professores de língua materna e um auxiliar de serviços gerais, todos são funcionários do governo do estado de Roraima, que prestam seus serviços atendendo as necessidades da região sempre que solicitados. Nesse período de pesquisa já foi ministrado dois cursos de capacitação em língua materna, que atendeu ao todo 60 profissionais da região.

2.2 Currículo Indígena

O currículo da escola indígena é um currículo intercultural. De acordo com Secchi e Prates (2015, p. 1) “O atual modelo de escolarização indígena teve sua origem associada à Convenção 107 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que procurou incorporar o chamado “Terceiro Mundo” ao projeto liberal”.

De acordo com o Ministério da Educação (2002) as Leis direcionada a Educação Escolar Indígena garante o direito a educação de forma diferenciada á educação nas leis brasileiras. Desse modo, a educação indígena é uma educação reconhecida na Legislação do país.

Apesar das adversidades que condenam ainda à marginalização e ameaçam de extermínio os povos indígenas, estes continuam resistindo, de formas diferentes, através da multiplicação de suas organizações, da luta pelo reconhecimento e respeito de seus direitos tanto no plano nacional quanto internacional. Professor Enilton André da Silva, Wapixana/RR. (BRASIL, ME, 2002, P. 7).

De acordo com o Ministério de Educação em relação ao direito da educação diferenciada, com a atual Constituição Brasileira é possível confirmar os direitos dos povos indígenas no Brasil. Estas leis amparam e dar direito a educação indígena em âmbito Nacional.

A educação indígena sem dúvida, é direcionada para o resgate da cultura, ideias e experiências dos povos indígenas mais velhos, que tem seus saberes tradicionais ao longo dos anos. Vale ressaltar que as atividades de ensino aprendizagem são de acordo com os espaços e momentos formais dos índios.

Com a Constituição de 1988, assegurou-se aos índios no Brasil o direito de permanecerem índios, isto é, de permanecerem eles mesmos, com suas línguas, culturas e tradições. Ao reconhecer que os índios poderiam utilizar suas línguas maternas e seus processos de aprendizagem na educação escolar, instituiu-se a possibilidade de a escola indígena contribuir para o processo de afirmação étnica e cultural desses povos, deixando de ser um dos principais veículos de assimilação e integração (BRASIL, ME, 2002, p. 9).

Com base na proposta voltada para os povos indígenas, o processo de educação escolar é mediado em conformidade com as culturas. ME (2002, p. 10) explicita um dos princípios dentro da lei que valoriza a prática com acesso e a valorização dos costumes. (RCNEI, pág. 34) diz que o ensino indígena é sem dúvida uma novidade de forma diferenciada que representa um sistema de educação de um país chamado Brasil.

O Plano Nacional de Educação Indígena (PNEI) estabelece o apoio e o compromisso da União, dos Estados, dos Municípios e dos Conselhos de Educação juntamente com a CONEEI em prol da autonomia dos povos Indígenas. A Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena é uma instância máxima na representatividade de consultas dos povos indígenas. No entanto, responde diante das orientações relativos a programas educacionais para a educação escolar indígena.

A proposta da escola indígena diferenciada representa, sem dúvida alguma, uma grande novidade no sistema educacional do país, exigindo das instituições e órgãos responsáveis a definição de novas dinâmicas, concepções e mecanismos, tanto para que essas escolas sejam de fato incorporadas e beneficiadas por sua inclusão no sistema, quanto respeitadas em suas particularidades” (RCNEI, pág. 34) apud (ME, 2002, p. 10).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) garante em seu texto a construção de currículo interculturais e bilingue voltados para o sistema próprio de aprendizagem. No entanto, já ocorre na educação indígena.

a educação dentro dos espaços indígenas, são realizadas respeitando os passos a passo do currículo e proposta da escola. É essencial dentro da proposta de ensino que haja a articulação de saberes tradicionais e científicos, conteúdos sistematizados da escola rural, na perspectiva de integrar a sociedade e facilitar, a proposta com o intuito de promover e reconhecer como cidadãos de direitos e deveres, que precisam ser respeitados de acordo com a diversidade sociocultural nos seus currículos.

Nos dias atuais, fala-se constantemente sobre o currículo educacional, ele deve ser construindo coletivamente, deve proporcionar uma ação permanente em benefícios da

comunidade escolar, neste contexto é importante passo na construção e significação dos conhecimentos tradicionais dos povos originários.

De acordo Monte (1993) o currículo é uma construção coletiva e permanente e que deve assegurar interesses imediatos e em longo prazo. Deste modo podemos entender que o currículo não é estabelecido a priori, mas é pensado e refletido durante todo o processo pedagógico. Assim a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) em seu Art. 26º assim assegura:

Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela (BRASIL, 1996, p.01).

Após toda uma discussão realizada sobre a educação dos povos originários, com relevância de sua história e Educação Escolar, pauta-se em leis que confirmam tal educação, finalmente verifica-se o verdadeiro significado dessa educação nos moldes dos povos indígenas, nesse sentido, Luciano (2006) destaca a Educação Escolar Indígena:

[...] diz respeito aos processos de transmissão e produção dos conhecimentos não indígenas e indígenas por meio da escola, que é uma instituição própria dos povos colonizadores. A educação escolar indígena refere-se à escola apropriada pelos povos indígenas para reforçar seus projetos socioculturais e abrir caminhos para o acesso a outros conhecimentos universais, necessários e desejáveis, a fim de contribuir com a capacidade de responder às novas demandas geradas a partir do contato com a sociedade global (LUCIANO, 2006, p. 129).

Nessa perspectiva, a educação indígena deve ser primordial e diferenciada no contexto educacional, proporcionando aos seus membros ponto de apoio com projetos voltado para o processo de aprendizagem e assim desenvolver uma educação de qualidade sempre voltada para o interesse da comunidade em geral. Buscando alternativa que desenvolva a cultura, a linguagem e com autonomia de suas adversidades, e principalmente diferenciada na comunidade é se voltar realmente às necessidades de cada povo passa em sua comunidade.

O currículo não é algo aleatório ou ocasional, sendo compreendido como um conjunto de atividades que as planejadoras organizam intencionalmente para formar um tipo de cidadão e ser humano, assim prepara o indivíduo para o exercício da cidadania seja no seu bairro, na sua cidade ou zona rural.

O que a escola faz, de maneira essencial e fundamental, é aquilo que circula no seu interior, como sua atividade principal, como sua matéria prima fundamental: o “currículo”. O currículo é o instrumento através do qual a escola vai preparar o indivíduo para o exercício da cidadania. (SACRISTÁN, 2000, p.69).

A grade curricular das disciplinas procura dar enfoque, sentido e articulação às múltiplas experiências que os alunos têm fora e dentro da escola, na sua cidade, no seu bairro ou ainda na zona rural, o currículo assim visto é uma necessidade do trabalho do educador, um momento para reflexão, de serem feitas escolhas, de planejamento, de percepção global do processo de aprendizagem em função de uma visão de mundo e do ser humano repleto de valores.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A proposta de alfabetização e letramento no contexto da educação indígena é um assunto que tem como questionamento na metodologia, os aspectos de abordagem no campo científico e referenciais teóricos relacionados com os estudos de pesquisa.

A pesquisa é entendida como um procedimento reflexivo, sistemático e crítico direcionado para as práticas de ensino das escolas indígenas do Município de Cantá-RR.

3.1. Pesquisa Bibliográfica

Quanto a pesquisa bibliográfica, foi feita a partir de levantamento de referenciais teóricos já publicados, livros, revistas eletrônicas. As pesquisas aplicadas, são compreendidas como um conjunto de atividades nas quais esboçam conhecimentos previamente adquiridos. Desse modo, foram utilizados para coletar, selecionar e processar fatos e dados, a fim de se obter e confirmar resultados Fleury (2017).

Quanto aos objetivos e o problema de pesquisa este estudo é descritivo, conforme Gil (2008) é uma das classificações da pesquisa científica em que o objetivo é descrever as características de uma população, um fenômeno ou ainda uma experiência para o estudo realizado. Além disso, sua realização acontece a partir dos aspectos da formulação das perguntas que a norteiam, buscando estabelecer uma relação entre as variáveis propostas no objeto de estudo em análise.

Creswel (2017) ressalta ainda que estudo descritivo compete ao pesquisador estudar, analisar, registrar e interpretar os fatos do mundo físico sem que haja manipulação ou interferência. Trata-se de descobrir a frequência com que acontece determinado fenômeno e como estabelece em certo ambiente.

Assim tem-se o foco na análise da relevância de metodologias ativas no processo educacional ao longo dos anos no Brasil; na investigação da diferença entre alfabetização e letramento e suas contribuições para o processo de aprendizagem na educação e no mapeamento de projetos e ações que envolva a educação indígena e desenvolver os desafios por meio de uma pesquisa de abordagem qualitativa, a partir de uma pesquisa bibliográfica.

No que se refere às formas de abordagem trata-se de uma pesquisa qualitativa, pois traduz naquilo que não pode ser medido, tendo em vista que a realidade os indivíduos são

indissociáveis, desse modo ao se tratar do indivíduo, é importante que seja considerado seus traços subjetivos bem como suas peculiaridades, tais pormenores não podem ser demonstrados em números quantificáveis.

A pesquisa qualitativa vem se propagando e seus métodos tanto para geração quanto para interpretação dos dados ganham notoriedade em diversos campos das ciências tanto as sociais bem como as comportamentais, assim essa abordagem recobre um amplo campo transdisciplinar.

A pesquisa qualitativa se configura como um método de investigação com base na linguagem e semiótica especialmente nas ciências sociais, entre as técnicas qualitativas estão inclusas as de experimento científico, ou seja, as entrevistas abertas e observação dos participantes.

Quanto à abordagem deste estudo será qualitativa que se norteia pela indução, assim é possível a construção de hipóteses de observação, sendo uma proposta de investigação sem perder seu caráter científico.

Denzin e Lincoln (2016) apontam que a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem de ‘interpretação do mundo’, ou seja, os seus pesquisadores tem como base dos estudos as coisas em seus cenários naturais, no sentido de compreender os fenômenos sob os significados que as pessoas a eles conferem.

Neste estudo pretende-se elaborar um e-book pedagógico para auxiliar os docentes no processo de alfabetização e letramento na educação infantil dentro das comunidades indígenas. Assim ao discutir as características da pesquisa qualitativa Creswel (2017) comenta que sob a perspectiva qualitativa o ambiente natural se configura como a fonte direta de dados e o pesquisador, o principal instrumento, sendo os dados coletados são descritivos, além disso, o autor destaca que a mais importante preocupação consiste no interesse do pesquisador em compreender certo problema e assim notar como se manifesta nas atividades, procedimentos e interações diárias.

Quanto aos procedimentos de pesquisa adotados nesta pesquisa, se volta para o levantamento bibliográfico que abrange publicações seja na forma de livros, em revistas científicas, nas teses, nos anais de congressos que podem estar indexados em bases de dados em formato online, sua principal finalidade é possibilitar ao pesquisador o acesso à literatura já produzida para responder o seguinte questionamento: Quais tecnologias digitais, podem

contribuir para implementação e utilização de metodologias no processo de alfabetização e letramento na educação infantil dos alunos da comunidade Malacacheta, e comunidades adjacentes?

Esta pesquisa é bibliográfica, pois se desenvolve a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas Gil (2002).

A vantagem em adotar esta modalidade de pesquisa consiste na possibilidade de uma maior cobertura espacial do fenômeno a ser investigado. Gil (2002) Preliminarmente, foi realizada pesquisa em títulos acerca do tema “uma proposta de alfabetização e letramento a partir do uso de estratégias no contexto da educação indígena”. Foram utilizados os seguintes descritores: alfabetização, letramento, estratégias, educação indígenas.

Entre os principais critérios estão artigos científicos disponibilizados na íntegra, disponíveis em Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Google Acadêmico, sendo utilizados os seguintes descritores: alfabetização, letramento, estratégias, educação indígenas.

Foram excluídos do estudo artigos que não estavam correlatos a questão norteadora, não disponibilizados na íntegra, que não estivessem traduzidos nos idiomas português, inglês e espanhol.

Após a leitura dos resumos, foram selecionados artigos, destes, foram excluídos por aqueles que não atendem os critérios de inclusão propostos neste estudo, foram analisados e serão apresentados de acordo com categorias temáticas. Os resultados dos estudos incluídos nesta revisão e descritos na tabela 06.

Tabela 6: Resultado dos estudos incluídos nesta revisão

Autores	Objetivos	Metodologia	Resultados	Conclusão
Alves, F	Ampliar a criação de experiências e pesquisas em diversas áreas como marketing, treinamentos corporativos e na educação	Pesquisa Bibliográfica	Foi possível perceber a carência de literatura sobre o tema, além disso, muitas vezes entendida como um jogo, por ter sua vertente originada no design de jogos.	É constatado que, para entender melhor, precisamos primeiramente entender o que é um jogo e suas funções, para depois estabelecer sua funcionalidade e empregabilidade na educação.
Huizinga, J	Procurar integrar o conceito de jogo no de cultura.	Pesquisa Bibliográfica	Jogo é tomado como fenômeno cultural e não biológico, e é estudado em uma perspectiva histórica, não propriamente científica em sentido restrito.	No exame dos problemas gerais da cultura, somos constantemente obrigados a efetuar incursões predatórias em regiões que o atacante ainda não explorou suficientemente.

Fonte: tabela elaborada pelo próprio autor (2023).

3.1.1. Caracterização da Pesquisa

Ao longo desta pesquisa, foi necessário fazer a escolha de fontes e métodos para desenvolver e utilizar durante esta pesquisa, para chegar ao resultado mais preciso das análises em destaque, foi utilizado como método de pesquisa bibliográfica, documental bem como pesquisa de campo.

A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos outros autores dos estudos analíticos constantes dos textos (SEVERINO, 2017, p.136).

A pesquisa busca levantar dados e informações de um determinado objeto investigado, logo passa a organizar os dados para análise e assim usa-los em trabalho de pesquisa inicial, no qual será mapeando as condições e suas manifestações de sentido, na realidade, tudo isso é uma preparação para a pesquisa científica.

Esta pesquisa se fundamenta na abordagem metodológica da pesquisa bibliográfica, pois foi a partir de dados já elaborados e disponíveis, de ações anteriores que foi registrado, como livros, revista, artigos. Em relação à pesquisa documental Severino (2017) aponta como: [...] fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas, sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais. Já a pesquisa de campo Severino (2017) afirma ser A pesquisa de campo é caracterizada por investigações que, somadas às pesquisas bibliográficas e/ou documentais, se realiza coleta de dados junto à pessoas, ou grupos de pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa.

A comunidade possuiu uma população de 1.300 indígenas e 49 não indígenas (IBGE, 2023), possui o grupo étnico majoritário Wapixana, sendo que 60 % dos moradores da localidade têm menos de 15 anos.

A Comunidade apresenta o Tuxaua José Alton como líder e vice tuxaua e seus coordenadores de polo. Possuindo apenas uma escola do Estado que tem 450 alunos matriculados ensino fundamental e médio, com 10 salas e um grande, possui uma quadra de esporte, um malocão, uma escola do Município matriculados 75 crianças da educação infantil.

O campo da pesquisa foi em uma escola da rede Municipal Maria Teodoro Viana, da Comunidade Indígena Malacacheta, 65 km do Município de Cantá – RR que atende crianças indígenas Wapixana e Macuxi e que são advindas das mais variadas localidades próximas da serra da Lua, do Cantá – RR, fazendo parte do universo da pesquisa duas sala de sala de aula com 54 alunos, sendo o sujeito da pesquisa alunos indígenas da etnia Wapixana, tronco linguístico Karibe com idades entre 4 e 5anos e professoras indígenas e não indígenas.

3.2. MAPEAMENTO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

A produção de jogos culturais foi realizada no Malocão indígena localizado no Centro da comunidade, nesse período foi necessário fazer uma oficina, de leituras e realizou uma aula-oficina com os alunos, professores indígenas, não-indígenas e comunidade em geral.

O trabalho de pesquisa constituiu em elaborar atividades voltadas para criar ferramentas tecnológicas com finalidade de melhorar a qualidade de ensino e aprendizagem dessa comunidade indígena carente, mas devido a materiais básicos, bem como de computadores, internet e tabletes, as atividades foram elaboradas como os materiais pedagógicos disponíveis um *e-book* digital com a tradução do alfabeto brasileiro para a língua materna wapixana.

A primeira fase correspondeu à busca de referenciais teóricos, sobre a alfabetização e letramento, no contexto escolar, principalmente teóricos que abordem a educação indígena, de forma a ampliar as compreensões do pesquisador sobre essa abordagem qualitativa. Além disso, realizou-se um estudo, para poder inferir que tipo de práticas está sendo realizadas por professores de educação básica que poderiam ser utilizadas no processo de ensino aprendizagem como foco na educação indígena.

Houve uma busca em desvelar os sentidos de encontros e desencontros que percorre o dia a dia da prática pedagógica, gerando com que a pesquisadora fique cada vez mais perto da atual realidade, assim como estudos/pesquisas sobre a alfabetização e letramento com estratégias, voltada para a educação básica, focando na aprendizagem dos alunos.

Nesse processo a pesquisa foi desenvolvida tendo base nas leituras dirigidas pelos docentes de cada temática, assim a construção dessa proposta e averiguar as literaturas com seus nuances de como trabalhar a alfabetização e letramento com estratégias voltado para educação de tal comunidade. Levando como processo de alfabetização a construção e utilização dos métodos e suas técnicas como proposta de atividades aos estudantes. Ressaltando que a participação foi voluntária, mediante ao conhecimento das regras de cada atividade.

Por ser uma atividade pedagógica, foi apresentado aos educandos de forma mais simples possível. Onde cada um obedecerá às regras, com a finalidade de alcançar o objetivo que será apresentado, no intuito de passar pelos desafios, de cada modalidade para chegar e adquirir novos aprendizados. Nesse contexto, bem como das situações a qual se quer pesquisar no caso particular como trabalhar a alfabetização e letramento na educação infantil com metodologias pedagógicas, pois considera o representativo de um conjunto nivelamento do processo de ensino.

Espera-se que esse trabalho venha proporcionar e contribuir de forma positiva aos próximos pesquisadores do contexto educacional. Pois nosso objetivo é contribuir no sentido de explicitar tal grande importância de trabalhar com todas as crianças, em especial aqui as crianças indígenas em uma escola rural, localizada no município de Cantá no estado de Roraima.

Assim trabalhou-se com as adversidades culturais, respeitando e valorizando as peculiaridades de cada cultura, e educação, dentro do processo de alfabetização e letramento. Com atividades voltadas para o público infantil, como também demonstrar como é importante o papel do professor alfabetizador, diante desse cenário de ensino aprendizagem. Na perspectiva de formar cidadãos críticos e reflexivos que respeitam a sua cultura, e ressignificam sua identidade cultural na sociedade contemporânea.

Para tanto, vale ressaltar que esse trabalho também ajudar os docentes a reconhecerem e compreenderem melhor as inúmeras culturas dentro da sala de aula e fora dela. Proporcionado saber a cada indivíduo na sociedade e que estas, devem ser reconhecidas como tal, com o objetivo de contribuir na formação social de cidadãos brasileiros e estrangeiros dentro de nosso país. Que essa formação seja um orgulho que possa ser fortalecendo cada vínculo existente na sua identidade étnico cultural independentemente de raça, cor, credo ou classe social.

4. PRODUTO EDUCACIONAL: E-BOOK DIGITAL

4.1. Apresentação do produto

E-book (ou ebook) é uma abreviação do termo inglês eletrônico book e significa livro em formato digital, pode ser uma versão eletrônica de um livro que já foi impresso ou lançado apenas em formato digital.

A proposta deste estudo é um E-Book Digital inclui o alfabeto da Língua Portuguesa com 26 letras e o wapixana com 20 letras e algumas traduções. Disponibilizando gratuitamente e divulgando o uso entre as comunidades indígenas.

Tabela 7: E-book: Alfabeto da Língua Portuguesa e Wapixana

Alfabeto português	Alfabeto/Wapixana	Palavra português	em Tradução Wapixana	Palavra português	em Tradução Wapixana
A	A	Araçá	AUTAK	Arvore	ATAMYN
		Amendoim	MAXYY	Abacaxi	NAANA
		Abóbora	KAUWIAM	Água	WYN
B	B	Bacaba	MAPYZ	Balde	MUTU
		Banana	SYYZ	Batata	KAZYY
		Borboleta	MAKUPARU		
C	Não tem na língua	Cachorro	ARIMERAK	Caimbé	IMINHARY
		Cavalo	KAWARU	Caju	TUBUCHI
		Caxiri	SYZYAA	Cará	DIBURUU
		Capivara	KAXU	Cipó	KAZIDIARU
		Copaíba	PINHAUKYN	Copo	TYZKINHEI
D	D	Doce	BIXUU	Dente	YDAKUI
		Dinheiro	PYRAT		
E	E	Enfermo	KARINHAN	Enxada	SAMPA
		Escada	PUZAI	Espingarda	MUKAU
		Estrela	WIZ		

F	Não tem na língua	Faca	MARII	Farinha	UII
		Feijão	KUMAS	Flecha	BAIRII
		Flor	SUSUI	Fogão	IDIKI
		Fogo	TIKEZ	Folha	ZI
		Fome	ZAMAZ		
G	G	Gado	TAPIIZ	Gafanhoto	CHIWEU
		Gato	PIXAN	Gavião	KUKUI
		Goiaba	GUIAB	Goma	WAIWEI
H	Não tem na língua	Helicóptero	KANAUSPYTYZT YZ	Homem	DAUNAIURA
I	I	Igarapé	YWA'UZ	Igreja	CHUCHI
		Ingá	MAKAMAKARI	Inverno	WYNDUN
J	Não tem na língua	Jatobá	NATY	Jenipapo	SAUNURU
		Juriti	IRUDAD	Jabutí	WYRAD
		Jacaré	ATURY		
K					
L	Não tem na língua	Laranja	AZUID	Lagarta	TARUIN
		Livro	KARIT	Lago	KARIXII
		Lama	DAARI	Lenha	ZUAAKARI
		Lua	KAYZ	Lavrado	BAARAZ
		Leite	DYNYI		
M	M	Macaco	PUATY	Macuxi	MAKUCHI
		Manga	MANGURUU	Mamão	MA'APAI
		Mandioca	KANYZ	mãe	DARU
		Malária	IACHIIN	Milho	MAZIK
N	N	Naja	PUKURID	Nariz	IDIB
		Noite	AIWEKA'AN	Nome	YY

O	Não tem na língua				
P	P	Pimenta	DIDIADA	Piaba	KIZIPI
		Peneira	MANARY	Peixe	KUPAY
		Pé	KIDIB	Pato	BAI
		Paca	URANA	Pacova	PURURU
		Parente	PAUNARY	Pai	DARY
		Pajé	MARUNAU	Panela	KA'YZ
		Papagaio	WARU		
Q	Não tem na língua	Quadril	KUNUN	Quente	WICHA'U
		Queixo	AWA'Y		
R	R	Roça	ZAKAP	Rio	YWA'UZ
		Relógio	ZANUBAKUADA	Rede	XIMEK
		Raspar	BAZIAN	Rã	KUDIAZU
		Raposa	WARYZU	Rato	KURII
S	S	Sabão	CHIKERIBEI	Sacola	SAKIM
		Sal	DYU	Sapo	KIBERU
		Sol	KAMUU		
T	T	Taioba	KUWYN	Tanga	ZA'APUM
		Tatú	KAPAXI	Tabaco	SUM
		Tipoia	DIDIME	Tuxaua	TUXAU
U	U	Urubu	WATU	Unha	BAZI
		Umbigo	YZARAY		
V	Não tem na língua	Vagalume	TUKUXI	Vagueiro	PAKIZU
		Vassoura	PARAYRIBEI	Veneno	URARI
		Verão	KAMUUDUM	Verruga	BITIM
W	W	W	W	W	WAPIXANA

X	X	X	X	X	XAZUDAN (RIR)
Y	Y	Y	Y	Y	YN (BURACO)
Z	Z	Z	Z	Z	ZIU (SAÚDE)
CH	CH	CH	CH	CH	CHUCHU (CACHORRO)
NH	NH	NH	NH	NH	NHIUTAN (NADAR)
Vogais português s A, E, I, O, U	Vogais wapixana A, E, I, U, Y				

Fonte: tabela do próprio autor, dados Machado 2022.

4.2. Aplicabilidade do produto

O produto educacional – é uma proposta de alfabetização e letramento no contexto da educação indígena, com o objetivo de garantir uma educação de qualidade aos povos indígenas respeitando os valores, os saberes e suas crenças. As diretrizes são voltadas para as escolas indígenas e não para todo o povo indígena.

Nesta comunidade foram utilizados vários recursos no andamento das aulas. O ensino é mediado de forma simples com os recursos na maioria das vezes naturais. Na aplicabilidade do produto, foram utilizados na mediação das aulas o lápis, considerando indispensável e muito importante nas aulas do dia a dia. Para a realização das atividades na comunidade foi utilizado (o lápis de escrever), um dos recursos para a aplicação das aulas. O lápis é um instrumento que serve para muitas tarefas, como; escrever, desenhar, marcar, riscar e até serve pra pintar um desenho de contrastes em preto e branco.

Na comunidade indígena, os alunos sempre estão utilizando o lápis, pois no local não tem como utilizar o computador a favor da educação, as aulas são ministradas com os recursos mais naturais possíveis.



Fonte: Leo &Leo educação grupo Leonora. Adaptada como exemplo.

O processo educacional atual indígena, visa manter um equilíbrio em relação ao conhecimento, para que a língua oficial dos indígenas não seja esquecida, mas também, há espaço para o ensino da língua portuguesa de forma sistematizada. Durante as oficinas, foi utilizado um recurso que é bastante usado pelos povos indígenas e professores, (o celular). Este recurso é muito importante na realização das pesquisas no Google e no contato com as pessoas.



Fonte: Brasil, Jornal Joca (2017). Imagem adaptada como exemplo.

O celular é usado nas pesquisas relacionadas as atividades de alfabetização. É utilizado também no entretenimento e musicalização de sala de aula, ou seja, tira fotos para registrar os momentos, reproduz gravação de vídeos e músicas. Além da mobilidade deste aparelho, ele facilita em muitas atividades, principalmente os recursos didáticos.



Fonte: recursos didáticos. Município do Cantar-RR. (2023). Fotos do próprio autor.

As frutas foram utilizadas como recursos pedagógicos. Cada aluno levou para a sala de aula uma fruta, aonde foram utilizadas no decorrer do ensino e em seguida foram colocadas em uma cesta. Foi trabalhado quantidade, cores, os tipos de frutas, seus benefícios, qual a letra inicial das frutas, sílabas e a escrita dos nomes das frutas.

Outro recurso indispensável para o professor mediar suas aulas na comunidade indígena. O pincel para o quadro branco. No entanto, é um dos recursos mais utilizado na condução do ensino aprendizagem.



Fonte: Livraria e Papelaria D. Pedro. Imagem adaptado como exemplo

Por meio desse recurso, é transmitido o conhecimento da escrita, aonde os alunos fazem as cópias nos cadernos dos textos e leitura individual e coletiva. Os alunos tem a oportunidade de escrever no quadro quando é solicitado a participação individual na identificação das letras, palavras e números. Desse modo, os alunos estudam também as letras do alfabeto móvel da língua portuguesa e wapixana.



Fonte: recursos didáticos. Município do Cantar-RR. (2023). Fotos do próprio autor.

Recursos utilizados nas dinâmicas escolares durante os momentos de aulas na comunidade indígena do Município do Cantar. Os alunos aprendem como usar os recursos naturais, e aprendem como cuidar do ambiente e o habitat natural.

Dessa forma, os alunos indígenas são considerados uma categoria que vivem em um processo de construção de aprendizagem e vivem pelo cultivo do alimento, como; a caça e a pesca. Desse modo, o ensino é de acordo com a realidade, garantindo a preservação de suas etnias e seus costumes, crenças e direitos preservados.

As línguas indígenas na verdade fazem do Brasil, um país multilíngue, e não existem justificativas linguísticas e/ou científicas para serem consideradas inferiores, inclusive as línguas indígenas são complexas, possuem sistemas organizados de sons que permite a construção das palavras, também não se pode afirmar que existam línguas pobres ou línguas mais ricas.

Assim busca-se fortalecer as identidades étnicas, através da valorização de suas línguas garantindo aos povos indígenas e as suas comunidades, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e das demais sociedades seja elas indígenas ou não. Assim, os povos indígenas deixam de ser considerados como uma categoria social em processo de extinção e passam a ser respeitados como grupos étnicos diferenciados, com seus costumes, crenças e direitos preservados.

No que diz respeito à identidade étnica, as mudanças ocorridas em várias sociedades indígenas, como o fato de falarem português, vestirem roupas iguais às dos outros membros da

sociedade nacional com que estão em contato, utilizarem modernas tecnologias (como câmeras de vídeo, máquinas fotográficas e aparelhos de fax), não fazem com que percam sua identidade étnica e deixem de ser indígenas.

A diversidade cultural pode ser enfocada tanto sob o ponto de vista das diferenças existentes entre as sociedades indígenas e as não-indígenas, quanto sob o ponto de vista das diferenças entre as muitas sociedades indígenas que vivem no Brasil. Mas está sempre relacionada ao contato entre realidades socioculturais diferentes e à necessidade de convívio entre elas, especialmente num país pluriétnico, como é o caso do Brasil.

É necessário reconhecer e valorizar a identidade étnica específica de cada uma das sociedades indígenas em particular, compreender suas línguas e suas formas tradicionais de organização social, de ocupação da terra e de uso dos recursos naturais. Isto significa o respeito pelos direitos coletivos especiais de cada uma delas e a busca do convívio pacífico, por meio de um intercâmbio cultural, com as diferentes etnias. Tendo em vista que toda língua tem seu próprio vocabulário com milhares de palavras e que esse vocabulário aumenta, considerando que toda língua está em constante ‘crescimento’, sendo agregadas novas palavras. Não se pode afirmar que existam línguas primitivas, embora inúmeras línguas indígenas não tenham suas regras registradas em livros.

Assim a proposta do e-book é facilitar a alfabetização dos alunos indígenas tanto na língua portuguesa quanto na língua materna wapixana. Mesmo diante da batalha que se travou contra as línguas indígenas, para que o português fosse considerado de maior poder linguístico, por muito tempo as línguas indígenas foram consideradas ‘pobres’, ‘imperfeitas’, ou ainda como ‘gírias’, ‘dialetos’. Como consequência, inúmeros falantes das línguas indígenas passaram a se envergonhar de sua própria língua, ocasionando o abandono total das mesmas.

4.2.1. A linguagem e a prática social

A linguagem como prática social tem sido debatida em variados espaços e momentos sociais, sendo inseridas nos debates as questões relacionadas a mediação do ensino pela tecnologia haja vista as construções sociais, tendo em vista as interações e o ambiente que justamente perpassam pelo saber docente.

A linguagem como prática social acrescenta muito ao processo de letramento e alfabetização considerando especialmente no que se refere ao uso da linguagem. Para

Benveniste (2008), o processo de interação dinamiza a vida social considerando, ainda a multiplicidade das práticas discursivas que conduzem as transformações sociais no uso de recursos linguísticos feitos por sujeitos ou mesmo grupos sociais ao interagirem.

Nesse sentido, os impactos da linguagem na sociedade e, sobretudo no espaço de ensino, vão além das palavras pronunciadas ou escutadas, consiste na relação mediada pela prática discursiva são produzidos posicionamentos, enunciados e vários tipos de interação dialética que delinham concepções e variações em contextos sociais.

Assim o uso do e-book digital no processo de letramento e alfabetização de alunos indígenas apoia-se na Teoria Social do Discurso, que considera três dimensões a serem analisadas: o texto, prática discursiva e prática social mesmo que não estejam explícitas no texto. Neste sentido, o entendimento da linguagem como prática social deve compreender seu contexto histórico, sua constituição social de identidades, relações e sistemas verificando o estabelecimento da dialética entre o discurso da sociedade moldado pela estrutura social.

Desse modo, a prática social, bem como o texto, pode ser descrita como uma das dimensões do evento discursivo. A prática discursiva se volta para o processo cognitivo e produção e distribuição de um texto tendo em vista os possíveis processos relacionados com o ambiente econômico, político e até mesmo institucional (RESENDE, 2016). Para Fairclough (2001, p. 91), ao usar o termo prática social propõe considerar “o uso da linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis institucionais”.

Para entender o discurso, é importante que se compreenda dois aspectos, o primeiro se refere ao modo de ação, a maneira como as pessoas agem sobre o mundo, especialmente em relação aos outros e ao modo de representação; outro aspecto é relação dialética entre discurso e a estrutura social, ou seja, a prática social e a estrutura social. Assim, a natureza da prática discursiva se torna variável entre os diversos tipos de discurso em conformidade aos fatores sociais envolvidos.

Ilustração 1: Concepção Tridimensional do Discurso.

Fonte: Fairclough, 2001 – adaptado

A concepção tridimensional do discurso que contempla a prática discursiva, o texto e a prática social de acordo com o modelo proposto por Fairclough (2001) que por sua vez, surge em 1989 e passa a ser aprimorada em 1992. Trata-se de uma forma analítica que se propõe a organizar a apreciação do discurso, pode-se notar no quadro abaixo que as categorias analíticas se agrupam com as dimensões da análise do discurso.

Tabela 8: Categorias analíticas propostas no modelo tridimensional

TEXTO	PRÁTICA DISCURSIVA	PRÁTICA SOCIAL
Vocabulário	Produção	Ideologia
Gramática	Distribuição	Sentido
Coesão	Consumo	Pressuposições
Estrutura textual	Contexto	Metáforas
	Coerência	Orientação econômica, política e Cultural
	Intertextualidade	

Fonte: Fairclough, 2001 – adaptado

Dentro de cada uma das categorias do modelo acima é possível observar os aspectos descritos nas respectivas colunas. A partir das três dimensões de análise se estabelece a abordagem para investigação da mudança discursiva e sua relação com a mudança sociocultural. Nota-se que são mantidas as três dimensões do discurso, no entanto, de maneira

mais pulverizada no que se refere a análise e com o fortalecimento da análise da prática social, sendo melhor evidenciada do que no modelo anterior, ao comparar nos anos de 1989 e 1992.

É possível notar ainda que aconteceu um movimento do discurso para a prática social, isto é, o centro do discurso tem como foco é a análise e que passa a ser questionado, o discurso por sua vez, se caracteriza como um ‘produto’ da prática social, assim a análise do discurso se orienta também pela sequência:

Ilustração 2: Sequencia da Análise do Discurso

DISCURSO ____ **LINGUISTICA** → **Pensamento Social/político**

Fonte: Fairclough, 2001 – adaptado

Destaca-se que a linguagem e conseqüentemente o uso do discurso em um sentido limitado se comparado ao uso que fazem os cientistas sociais, ou seja, se refere à linguagem falada ou escrita.

Fairclough (2001) destaca que o discurso contribui para a constituição da estrutura social que direta ou indiretamente o moldam ou o restringem. Sendo assim, pode-se compreender o discurso como prática, não somente de representação de mundo, mas sim de significado de mundo.

É necessário que o aluno seja capaz de compreender textos orais e escritos para que efetivamente possua uma participação social. A compreensão da informação implícita em textos ocorre com o estímulo à leitura, em variadas fontes de informação bem como o interesse de obras literárias e a realização de pesquisas que proporcionem o encontro de informação pertinente, para que o aluno esteja apto a registrar informações através do uso da linguagem do cotidiano e ainda da linguagem específica conforme o público a que se destina a mensagem, primando pela variedade das formas linguísticas faladas e/ou escritas, Quelhas (2008).

De acordo com Duarte (2008) O letramento e a alfabetização têm se limitado à gramática normativa no âmbito prescritivo e analítico, o que efetivamente não soluciona os problemas relacionados com a leitura e a escrita; ou ainda busca-se romper com este tipo de ensino, através da utilização do texto, muitas vezes se voltando apenas ao estudo de adjuntos, pronomes e classificar o sujeito. Tal prática há muito tempo vem sendo criticada.

De fato, essa forma de trabalho não trata a linguagem como um elemento vivo e dinâmico, assim prejudicando a riqueza do sentido que a linguagem exerce na vida dos alunos.

Teixeira (2018) aponta que os Professores de Língua Portuguesa inserem na escola diferentes concepções sobre a linguagem que muitas vezes não têm sido suficientes para explicar todos os seus usos e funções.

A primeira concepção compreende a linguagem como “um código, uma associação de palavras, nela o Professor se volta apenas para a fala correta, a gramática e a ortografia, em menor grau com a funcionalidade da expressão oral, como a escrita e com a linguagem” (p.76).

A segunda concepção admite que a linguagem fosse à expressão das ideias, isto é, o ato de registrar no papel ou expressar pela fala o que vem à cabeça.

Desse modo, nota-se que os professores se inclinam para uma dessas concepções monológicas da linguagem, que reduz a um ‘mero’ instrumento para a aprendizagem, inclusive por vezes impedindo que a criança exerça seu direito de dizer. Uma terceira concepção:

A dialógica, nela se inserem distintas expressões da língua compreendidas como uma prática social, havendo uma relação entre o ‘eu’ e o ‘outro’, assim aquilo que é escrito precisa ser lido; ou aquele que fala precisa ser ouvido diante de determinada razão e contextos específicos (TEIXEIRA, 2018, p.77).

De acordo com Augusto (2000) Os professores precisam desenvolver essa habilidade e agir com mais clareza, considerando que a função da língua é a interação e comunicação. Sendo assim nota-se a dificuldade em ensinar sob a perspectiva do professor e aprender a escrever vivenciada pelos alunos, pelo fato da língua ser paradoxal, se por um lado a escrita é sistema considerado fechados com regras que devem ser cumpridas, por outro, pode ser também aberto em que tudo poder ser dito, sendo permitida a criação e até mesmo a reconstrução de significados.

Diante disto, é requerido do professor de Língua Portuguesa o equilíbrio, conduzindo as crianças a terem autonomia de suas palavras, o que se difere de aprender ler e escrever, admitindo que a língua não se limita a ser um código escrito, de certo é um processo complexo que envolve a criação e a recriação de ideias, que ocorre em um contexto e com propósitos sociocomunicativos.

Desse modo, Mello (2000) afirma que, a linguagem é destacada como um ‘objeto histórico-cultural de conhecimento’, tendo em vista que ao longo da história humana, o homem

criou um sistema de símbolos e signos com o intuito de representar, registrar ou mesmo lembrar o que estava ausente e assim sendo possibilitada também a convivência com a coletividade, estabelecendo a comunicação, a interação.

Conforme Franchi (1992) a linguagem se caracteriza como um instrumento da comunicação, por meio deles, as pessoas comunicam as experiências, compreende e influencia os outros quanto às opções de modo peculiar de ver e sentir o mundo. É possível notar a linguagem como uma prática social e que apesar da comunicação e da representação serem função da linguagem não definem sua natureza, isto é, sendo possível comunicar e representar a partir da linguagem. Neste sentido, o entendimento da linguagem como prática social deve compreender seu contexto histórico sendo constituído socialmente de identidades, relações e sistemas, verificando o estabelecimento da dialética entre o discurso da sociedade este por sua vez, moldado pela estrutura social.

Resende (2006) explicita que, a prática social pode ser descrita como uma das dimensões do evento discursivo como também o texto, considerada prática discursiva que se volta para o processo cognitivo e produção e distribuição de um texto, tendo em vista os possíveis processos relacionados com o ambiente econômico, político e até mesmo institucional.

Desse modo, a linguagem na verdade extrapola a comunicação e a representação, sendo uma atividade constitutiva dos sujeitos e das suas relações sociais e de como se organiza a sociedade da qual faz parte. Assim se expressa pela linguagem os sentimentos, as aspirações, ideia, emoções a partir de um processo que cria, organiza e informa as experiências.

No processo de letramento e alfabetização, o papel do professor perpassa pelo do pesquisador dos fenômenos de desenvolvimento da linguagem e para obter êxito em sua ação docente necessita compreender os níveis de domínio do conhecimento. Desse modo, os processos de passagem das organizações conceituais do aluno para enfim selecionar e/ou construir suas estratégias de intervenção didática que vise a atender às necessidades individuais apresentadas em sala de aula.

O ensino é complexo, assim o define os Parâmetros Curriculares Nacionais da Língua Portuguesa (PCN) ressaltam a relevância do papel exercido pelo professor justamente na condição de mediar, no decorrer do processo de aprendizagem da língua, sendo atribuição do professor demonstrar ao aluno a importância da interlocução e consideração efetiva da palavra do outro. (BRASIL, 1997).

Para tanto, o professor precisa proporcionar na sala de aula um ambiente em que cada aluno tenha o direito à palavra, inclusive reconhecido como legítimo. De acordo com Mello (2000) a medida que evolui na Educação Infantil e nos anos iniciais o aluno certamente irá se apropriar da escrita de maneira muito mais elaborada, sendo uma ponte do mundo familiar e infantil para algo mais abrangente como a sociedade.

O ensino de Língua Portuguesa segundo a proposta da BNCC definiu os direitos de aprendizagem de todos os alunos do país. Com isso, proporcionou um processo de mudança no ensino e na aprendizagem. Configura-se como um documento que norteia os conhecimentos e as habilidades elementares para bebês, crianças e jovens, garantindo o direito a aprendizagem no decorrer da vida escolar.

Segundo Brasil (2018) O referido documento propõe a valorização das situações lúdicas de aprendizagem, inclusive buscando articular a experiência vivenciada desde a Educação Infantil. De certo que essa articulação de situações lúdicas e aprendizagem deve ocorrer de maneira gradual em conformidade com o desenvolvimento dos alunos, levando em consideração as formas que se relacionam com mundo, as novas possibilidades de elaboração de conclusões no sentido de construir o conhecimento.

Para Bissoli (2014) Nos anos iniciais do ensino fundamental, as crianças vivem um período da vida repleto de transformações importantes em seu processo de desenvolvimento que refletem diretamente em sua relação consigo mesma e com os demais, enfim no mundo a sua volta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) definiu:

A área de Linguagens composta determinados componentes curriculares entre os quais se destaca a Língua Portuguesa nos anos iniciais, tendo em vista possibilitar os alunos na participação de práticas de linguagem, diversificadas no intuito de ampliar as capacidades expressivas em manifestações artísticas e corporais (BRASIL, 2018, p.03).

Nos anos iniciais do ensino fundamental os componentes curriculares se voltam para práticas diversas, em que são consideradas aqueles referentes à cultura infantil tradicional e contemporânea, nessa junção de práticas, especialmente nos dois primeiros anos do segmento, a alfabetização deve ser prioridade da ação pedagógica.

Durante esta fase de compreensão e conhecimento da leitura é extremamente importante, pois é a partir das expressões e hábitos do cotidiano que o aluno realiza o entendimento desse universo. O hábito da leitura se adquire ao longo da vida e deve começar

cedo, é a partir do incentivo a leitura para as crianças que podem construir o hábito de leitura resultando adultos leitores. Assim o autor Trevisan (2019), diz que o campo da linguagem abrange as experiências com as práticas cotidianas do uso da escrita, contextualizadas de forma significativa e com significados plenos e para inserir as crianças em situações que se arrisquem a ler a escrever de maneira espontânea, contando com o apoio do professor e da família como mediador das reflexões e que poderá auxiliar na organização das ideias sobre o sistema de escrita.

Quando a BNCC menciona especificamente as competências específicas de Linguagens para o Ensino Fundamental refere-se:

À compreensão das linguagens, conhecimento e exploração das diversas práticas de linguagem, utilização de diferentes linguagens tanto a verbal como a oral, visual-motora e a Libras e escrita; uso dos diferentes linguagens para defesa de pontos de vista que respeitem o outro; desenvolvimento do senso de estética para o reconhecimento das manifestações artísticas e ainda a compreensão e utilização das tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica (BRASIL, 2018, p.56).

Nesse contexto Rangel (2019) comenta que ao tratar da análise linguística/semiótica a BNCC evidencia que o objetivo não é só estudar normas e regras, na verdade é que o aluno seja capaz de ampliar o uso da língua ou linguagens, tanto na leitura quanto na produção textual. Desse modo, o objetivo é tornar o aluno capaz de exercer a compreensão da mensagem transmitida pelo texto em sua amplitude, evitando ruídos na comunicação, que poderão se originar em decorrência do desconhecimento das normas, o mesmo se aplica para aqueles que desejam expressar os pensamentos e conhecimentos de forma oral e escrita.

E ainda de acordo com Rangel (2019) entre as inovações trazidas pela BNCC, pode-se salientar a valorização de diferentes gêneros textuais e linguagens, inclusive admitindo formatos distintos, mas que fazem parte do cotidiano das pessoas e que poderão ser explorados em sala de aula bem como a abordagem da produção digital como: os e-mails, memes e outros formatos peculiares dos gêneros terciários.

De acordo com Comin e Santos (2010) O estudo da linguagem busca o reconhecimento de vozes diferentes, que sejam expressos pontos de vista distintos daqueles mantidos em determinados 'meios', sendo pertinente a abordagem da variação linguística relacionada ao uso de expressões, vocabulário, gírias.

E ainda a interatividade diante do acesso a linguagem de vários canais, especialmente as mídias sociais e com o recebimento de conteúdo, há uma interação e a informação passa a ser ‘descontextualizada’ e transformada, assim propõe a reflexão, a compreensão da função social sob uma análise crítica tendo em vista uma postura crítica dentro do universo digital, no intuito de entender as várias realidades e pontos de vistas que se apresentam.

Brasil (2018) A BNCC em relação à Língua Portuguesa se volta para a promoção do ensino centralizado nos multiletramentos a escola nesse contexto, possui a função de preparar o aluno para lidar com a linguagem em situações diversas, também no conteúdo digital e contando com a presença de novas tecnologias digitais, de informação e da comunicação.

Comin e Santos (2010) “A sociedade atual pode ser descrita como a ‘sociedade do aprendizado’, pois se acredita que a necessidade de aprendizado é contínua, a evolução tecnológica se processa em um ritmo acelerado”.

4.2.2. E-BOOK E A ALFABETIZAÇÃO

Na prática pedagógica de letramento e alfabetização precisa explorar as possibilidades tecnológicas como, um e-book é um tipo de livro digital que pode ser lido em dispositivos eletrônicos, como smartphones, tablets e computadores.

A análise foi feita levando em consideração as categorias analíticas propostas por Fairclough (2001), conforme já citado. Nas categorias estão o texto em que é incluído o vocabulário, a gramática, coesão, estrutura textual; na prática discursiva, outra categoria analítica, está a produção, a distribuição, consumo, coerência e intertextualidade; e ainda a categoria prática social nela estão a ideologia, o sentido, a pressuposições, as metáforas, orientação econômica, política e cultural, conforme descrito no referencial teórico deste trabalho.

A seguir, serão descritas as categorias na ordem texto, prática discursiva e prática social. Assim, a categoria texto está composta pelo material didático, neste caso, utilizado o e-book digital, em uma escola pública na Comunidade Malacacheta que busca o desenvolvimento de habilidades e hábitos que estimulem a autonomia dos alunos.

Tabela 9: Aula 1, com o uso do e-book digital

TEXTO	PRÁTICA DISCURSIVA	PRÁTICA SOCIAL
Material Didático E-book Digital Acentuação e sinal gráfico Conceitos Exemplos	O uso do termo ‘minhoquinha’ para nomear o sinal gráfico til e o termo ‘grampinho’ para nomear o acento agudo.	Na adivinhação verificam-se aspectos ideológicos e hegemônicos na instância discursiva. Adivinhação: “o que tem acima de nós”? Os alunos interagem e trazem sugestões como “Deus” e “Jesus” Apenas um aluno afirma que é o acento agudo.

Fonte: Tabela do Próprio autor.

Prosseguindo a aula, o professor faz uma breve leitura acerca dos conceitos referentes à acentuação gráfica, complementada com a citação de exemplos foram utilizadas as palavras ‘CIPÓ’ tradução em wapixana KAZIDIARU e ‘GAVIÃO’ tradução em wapixana KUKUI. Assim, os alunos são questionados acerca da diferença gráfica e fonética das duas palavras.

Os alunos se mantêm em silêncio por alguns segundos e logo as primeiras respostas surgem, são dadas simultaneamente, havendo a necessidade de intervenção da professora. A professora determina a diferença entre as palavras apontadas à distinção entre os sinais e a pronúncia.

Na categoria prática discursiva verifica-se que a professora faz uso do termo ‘minhoquinha’ para nomear o sinal gráfico til e o termo ‘grampinho’ para nomear o acento agudo. A aula segue com inserção da leitura de uma lenda chamada Troca de Peles e dela são retiradas algumas palavras entre as quais se destacam: céu; traz; você; amazônica. A partir daí são propostas as atividades que são lidas e respondidas em conjunto, as quais estão descritas a seguir:

Questão 01: “além das letras das palavras identificadas na lenda, o que mais os alunos identificam?” Após pensarem, alguns alunos respondem “dois tipos de sinais” notando que os mesmos interagem para apontar as respostas que consideram correta.

A questão 02 se refere aos sinais, o professor quer saber se estão sobre consoantes ou vogais. Os alunos respondem unânimes “sobre as vogais”. A questão 03 propõe uma comparação entre as pronúncias das palavras: MAMÃO [tradução em wapixana MA`APAI; PAJÉ tradução em wapixana MARUNAU.

Os alunos respondem “os sinais (´) e (~) mudam a pronúncia”. Ressaltando que alguns alunos nomeiam os sinais de forma correta enquanto que outros estabelecem relação com as semelhanças como ‘minhoquinha’ e ‘grampinho’ nesta questão específica, uma aluna não consegue acompanhar o restante da turma e sente dificuldade em fazer a leitura das palavras e estabelecer a diferença na pronúncia.

A aula segue com explicação baseada em conceitos e exemplos. Na questão 03 os alunos são estimulados a ler as seguintes lista de palavras: lista A – avó, pé, pós; lista B – rã, sabão, verão. A partir da leitura pede-se que seja mencionada a lista das palavras com acento agudo e a lista com palavras com sinal gráfico til. A resposta é dada por escrito no caderno de atividades, ainda na aula.

Na questão 04 a proposta é agrupar as palavras da questão anterior conforme o acento agudo e sinal gráfico til: lista A – avó, pé, pós; lista B – rã, sabão, verão. A resposta é dada por escrito no caderno de atividades. Os alunos são indagados e devem responder oralmente para que servem os acentos nas palavras? Os mesmos respondem “mudar a pronúncia”.

E por fim, a questão 06 trata de um tipo de adivinhação: “o que tem acima de nós”? Os alunos interagem e trazem sugestões como “Deus” e “Jesus” e um aluno afirma que é o acento agudo. Na aula é proposta ainda uma atividade para casa nas do material utilizado, a professora confere ainda se restam dúvidas sobre o conteúdo estudado e a aula é encerrada.

Quanto à prática social nota-se na adivinhação verificam-se aspectos ideológicos e hegemônicos na instância discursiva em análise, quanto a categoria ideologia pode ser observados os aspectos do texto expressos ideologicamente como o sentido das palavras, as pressuposições, as metáforas, o estilo.

Já a aula como o tema Sílabas e com o título Análise e reflexão sobre a língua. Nesta aula a explicação da professora e os slides com o conteúdo e a atividade. A professora inicia cumprimentando os alunos e os orienta a se prepararem, assim sugere que busquem o material. Em seguida a professora canta uma música de saudação.

E trabalhada na aula e de maneira bem dinâmica já propõe que os alunos cantem uma parlenda. A partir desse momento, a professora explica que as sílabas são ‘pedacinhos’ de palavras e que são resultado de junções de:

Tabela 10: Aula 2, com o tema sílabas e com análise e reflexão sobre a língua

Parlenda: Os alunos cantam de forma dinâmica		Explicação da professora sobre as sílabas
UNI-DU-NI-TÊ		Consoante+ vogal= sílaba
SA-LA-ME-MIN-GUÊ		Consoante+ consoante+ vogal= sílaba
SORVETE CO-LO-RÊ		Vogal+ vogal+consoante= sílaba
O escolhido foi você...!!!		

Logo em seguida, um texto é lido pela professora, que indica a proposta de atividade, a interpretação do texto: “Em que local acontecerá o piquenique?” “Qual a data do evento?” “E qual o horário”. E por fim a professora propõe ainda um treino de soletração com a palavra BANANA, é solicitado que os alunos identifiquem o número de sílabas da palavra.

Tabela 11: Aula 3, compreensão didática

Texto	Prática discursiva	Prática social
Material Didático do Vocabulário	A professora faz o uso da maioria das palavras no diminutivo: turminha, coleguinhas, rapazinho. Ao invés de apresentar como professora Marinez prefere usar Tia Marinez	Fala dos sentimentos ao mencionar que sente saudades dos alunos mais lindos do mundo...

Fonte: dados da pesquisa de campo

A prática discursiva media o texto e a prática social. Observaram-se na análise textual das aulas com o uso do e-book digital a preocupação com o estudo do vocabulário, da gramática, da coesão e da própria estrutura do texto. No estudo específico do vocabulário são tratadas as palavras individuais, os neologismos, as lexicalizações e a lexicalizações de domínios da

experiência enfim as relações entre os sentidos e a gramática, e ainda a combinação das palavras nas frases.

A coesão se volta para a ligação entre as frases por meio dos mecanismos de referência, tendo em vista palavras do mesmo campo semântico bem como os sinônimos próximos e conjunções. Quanto à estrutura textual foram identificadas as propriedades organizacionais do texto, a organização propriamente dita, a ordem que os elementos se combinam.

Nesse sentido, a condução das aulas observadas vai ao encontro de Fairclough, 2001, quando defende que os elementos: construção do significado, maneira como a linguagem é utilizada, assim como as necessidades de fala dizem muito sobre os acontecimentos estudados. Um estudo dessa natureza, segundo a autora, mostra as configurações que apoiam os textos de forma a descobrir o que esses têm de complexos, de problemáticos e com isso demanda esforço para alterações positivas.

Quanto à dimensão prática discursiva, nos vídeos analisados estão inclusos os processos de produção, de distribuição e de consumo do texto, processos sociais que se relacionam com o ambiente nos aspectos econômicos, políticos e institucionais. A professora faz o uso da maioria das palavras no diminutivo: turminha, coleguinhas, rapazinho e ao invés de apresentar como professora Marinez prefere usar Tia Marinez. Assim, em consonância com Fairclough (2001), ressalta-se que a essência da prática discursiva varia conforme o discurso, considerando os fatores

A conexão entre o texto e a prática social é vista como mediada pela prática discursiva: de um lado, os processos de produção e interpretação são formados pela natureza da prática social, ajudando também a formá-la e, por outro lado, o processo de produção forma (e deixa vestígios) no texto, e o processo interpretativo opera sobre 'pistas' no texto (FAIRCLOUGH, 2001, pp.35-36).

Na análise da prática social, investigou-se de que modo o texto se voltou para os aspectos ideológicos e hegemônicos, os sentidos das palavras, as pressuposições, as metáforas enfim o estilo, contribuindo para a articulação, desarticulação e rearticulação dos aspectos ideológicos. Foi possível identificar nas orientações das professoras a prática social, ou seja, as orientações econômicas, políticas, ideológicas e culturais, assim a professora fala dos sentimentos ao mencionar que sente saudades dos alunos mais lindos do mundo.

Conforme Fairclough (2001), a compreensão da prática social na linguagem se dá a partir da percepção da maneira de agir historicamente que se constitui socialmente, mas que

também alcança identidades sociais, as relações e até mesmo os sistemas de conhecimento e crença. Os valores observados nas análises chamam atenção para democratização, decodificação do discurso, tendências que indicam processos de mudança nas sociedades observados por Fairclough (2001).

A análise se refere ao modo como as informações são dispostas no discurso e como podem beneficiar os alunos, como foram feitas escolhas acerca do modelo e da estrutura dos textos, que foram condizentes das videoaulas descritas. O estudo mostra ainda como se reflete o significado na identidade social, na relação social, no conhecimento e na crença.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações serão apresentadas a partir dos objetivos buscados neste estudo. Analisar a relevância de metodologias ativas no processo educacional ao longo dos anos no Brasil assim foi possível verificar que os jogos e as práticas, consideradas como metodologias ativas na prática pedagógica, podem facilitar na aquisição da linguagem em suas modalidades oral e escrita. A aprendizagem por meio de estratégias pedagógicas e do uso de jogos promove satisfação nas pessoas, resultando, por exemplo, na construção de seu próprio jogo, com suas diferentes regras; ou até mesmo pode ajudar na construção de tabuleiro coletivamente; desenhar e pintar um jogo de amarelinha no pátio da escola ou em casa com ajuda dos seus colegas.

Além desses exemplos, outros casos podem ser citados, comprovando, portanto, que a motivação, o engajamento e o aprendizado se fazem presentes em diversas situações cotidianas dos indivíduos em sociedade.

Alguns elementos são imprescindíveis para que aconteça a aprendizagem, tais como desafios/missões, níveis, pontuação, ranking, medalhas/conquistas, esses elementos promovem a motivação dos participantes a de se engajarem no processo de alfabetização e letramento. Esses elementos auxiliam a perceber o motivo pelo qual a Educação tem usado esses recursos como estratégia para solucionar problemas no contexto educacional, assim como um todo.

Ao investigar a diferença entre alfabetização e letramento e suas contribuições para o processo de aprendizagem na educação notou-se que o letramento se configura como um processo de assimilação que envolve as crianças sendo ensinada pela família, e escola, é constante na vida individual e coletiva dos grupos de aprendizagens, a noção de letramento se mostra relevante se pensarmos no processo de aquisição e desenvolvimento de habilidades relacionadas à leitura e à escrita em suas modalidades.

A alfabetização é um tema que tem sido amplamente discutido pelos mais diversos tipos de educadores e sistemas de educação, no entanto, não se pretende levantar uma discussão teórica nem tampouco ideológica acerca dos sistemas de educação vigentes em nosso país, de certo que o hábito de ler e escrever deve ser adquirido na trajetória de vida e deve ser iniciado ainda cedo.

Pois, a partir do estímulo à escrita e a leitura que as crianças podem construir o hábito de leitura resultando adultos leitores, há tempos, atrás, acreditava-se que as crianças

começavam a desenvolver a capacidade de representação do mundo por volta dos dois anos de idade.

Ao mapear projetos e ações que envolva a educação indígena, assim a produção de jogos culturais foi realizada no Malocão indígena localizado no Centro da comunidade, nesse período foi necessário fazer uma oficina, de leituras e realizou uma aula-oficina com os alunos, professores indígenas, não-indígenas e comunidade em geral.

O trabalho de pesquisa constituiu em elaborar atividades voltadas para criar ferramentas tecnológicas com finalidade de melhorar a qualidade de ensino e aprendizagem dessa comunidade indígena carente, mas devido a materiais básicos, bem como computadores, internet e tabletes, as atividades foram elaboradas como os materiais pedagógicos disponíveis um e-book digital com a tradução do alfabeto brasileiro para a língua materna wapixana.

Trabalhou-se com as adversidades culturais, respeitando e valorizando as peculiaridades de cada cultural, e educação, dentro do processo de alfabetização e letramento. Com atividades voltadas para o público infantil, como também demonstrar como é importante o papel do professor alfabetizador, diante desse cenário de ensino aprendizagem. Na perspectiva de formar cidadãos críticos e reflexivos que respeitam a sua cultura, e ressignificam sua identidade cultural na sociedade contemporânea.

A pesquisa evidenciou que a alfabetização e letramento com estratégias pedagógicas, através de atividades direcionadas apresentou um bom potencial, para promover o processo de ensino e aprendizagem de alunos de forma lúdica e prazerosa, em momentos direcionados com os estudantes, foi notório ver que as atividades estavam sendo divertidas, tendo boa aceitação por parte da equipe da escola.

As atividades de alfabetização, com a proposta tecnológicas, mostrou ser uma grande aliada no engajamento e motivação dos discentes e docentes da Comunidade Malacacheta, pois contribuíram para o comprometimento das classes, tornando dinâmicas as atividades de alfabetização e letramento.

Com a aplicação da atividade proposta dentro do espaço educacional pode-se observar que as novas potencialidades geradas no público contribuíram para despertar a atenção das duas turmas, tornando cada estudante agente de seu próprio saber, promovendo a aprendizagem, individual e em conjunto.

Assim, tomando-se por base o caso apresentado, percebem-se que o ambiente de sala de aula tornou-se mais significantes tanto para os discentes como os docentes da escola pesquisada, as atividades eram e estratégica, voltado para a realidade de cada um dos envolvidos. Neste universo, de alfabetização e letramento com atividades pedagógicas/tecnológicas, o processo de ensino na alfabetização trouxe, além do engajamento, a participação e a motivação tão necessárias para a construção dos conhecimentos científicos.

No entanto, é incontestável que o uso das tecnologias na sala de aula, não é tarefa fácil e demanda esforços múltiplos, pois os recursos na escola e na comunidade têm são insuficientes, mas acredita-se que esse instrumento de ensino é instigante e possa contribuir para uma aprendizagem adequada e eficiente de todos envolvidos no processo.

REFERENCIAS

ALMEIDA, Benedito de Brito; MORAES, Edileuza Panjota. **Alfabetização e letramento nas classes multisseriadas uma realidade nas escolas do campo**. UFSCAR, 2015.

ALVES, F **Gamification** - Como criar experiências de aprendizagem engajadoras. Um guia completo: do conceito à prática. 2ª ed. São Pulo: DvS.2010

AMARAL Tania Conceição Iglesias; SECO Ana Paula: **Marquês de Pombal e a Reforma Educacional**. Histedbr, artigo .2006.

ALBUQUERQUE, R. N. et al. Contribuições para uma delimitação dos Direitos Linguísticos no Brasil. In. IPHAN. **Anais do Seminário Ibero-americano de Diversidade Linguística**. Série: anais. 2012.

AUGUSTO. S. de. **A linguagem escrita e as crianças - superando mitos na educação infantil**. In: Caderno de formação: didática dos conteúdos formação de professores. Universidade Estadual Paulista. Pró-Reitoria de Graduação; Universidade Virtual do Estado de São Paulo. – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. v. 1 ; 200 p. ; – (Curso de Pedagogia.

ARAÚJO, Ana Cláudia Uchôa. Gina Maria Porto de Aguiar. (2010). “**Políticas Educacionais**”. Disponível em <chrome-extension://efaidnbnmnnibpcajpcgclcfndmkaj/https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/206525/2/Pol%C3%ADticas%20Educaionais-Livro.pdf>. Acesso em 01 de dezembro de 2023.

BAMBERGER, R. **Como incentivar o hábito da leitura**. 4 ed. São Paulo: Ática, 2018.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BARROS, L. M. Comunicação e educação numa perspectiva plural e dialética. **Nexos - Revista de Estudos de Educação e Comunicação**. São Paulo: Univ.Anhembi/ Morumbi, 2º sem 2017. p.19-38.

BARROS, Aline Fabiana de. (2018) “**O uso das Tecnologias na Educação como Ferramentas de Aprendizado**”. Disponibilizado em chrome-extension://efaidnbnmnnibpcajpcgclcfndmkaj/https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/artigo_o_uso_da_tecnologia_como_ferramenta_aprendizado_1.pdf. Acesso em 02 de dezembro de 2023.

BENVENISTE, E. **Da subjetividade na linguagem**. In: Problemas de Linguística Geral I. 4. ed. Campinas: Pontes, 2008.

BERGAMASCHI, M, A; Medeiros, J.S. **História, memória e tradição na educação escolar indígena; o caso de uma escola kaingang**, Revista brasileira de história, vol.30, nº 60, dezembro 2010.

BISSOLI, M.F. Desenvolvimento da personalidade da criança: o papel da Educação Infantil. **Psicologia em estudo**, Maringá, v.19, nº4, pp.587-597, out/dez, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Constituição (1988) **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 14 de Jun. de 2023.

BRASIL. LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf> Acesso em: 14 de Jun. de 2023.

BRASIL. **LEI Nº 10.172, DE 9 DE JANEIRO DE 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm Acesso em: 14 de Jun. de 2023.

BRASIL. **LEI Nº 12.796, DE 4 DE ABRIL DE 2013**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm Acesso em: 14 de Jun. de 2023.

BRASIL. **EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 59, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2009**. Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e dá nova redação ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao caput do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm Acesso em: 14 de Jun. de 2023.

BRASIL. **LEI Nº 11.645, DE 10 MARÇO DE 2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm Acesso em: 14 de Jun. de 2023.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa**. Brasília, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: basenacionalcomum.mec.gov.br > BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site Acesso em: 30 de Jun. de 2023.

BURATTO, L. G. **O Indígena em Situação de Deficiência: o duplo desafio da inclusão**. [s.d.]. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/md_lucia_gouvea_buratto.pdf>. Acesso em: 27 de Jun. de 2023.

CHARMEUX, E. **Aprender a ler: vencendo o fracasso**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2015.

COMIN, F. S. Santos, M. A. Bakhtin e os processos de desenvolvimento humano. **Rev. bras. crescimento desenvolv. hum.** vol.20 no.3 São Paulo 2010.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2a ed. [L. de O. Rocha, Trad]. Porto Alegre: Artmed, 2017.

CURY, C. R. J. **Ideologia e Educação Brasileira. Católicos e Liberais**. São Paulo, Cortez & Moraes, 2018.

DALLABONA, S. R. MENDES, S. M. **O lúdico na Educação Infantil: jogar, brincar, uma forma de educar** [2016]. Disponível em: www.icpg.com.br Acesso em: 25 de Jul. de 2023.

DENZIN, N. K; LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teoria e abordagens**. 2a ed. [S. R. Netz, Trad.] Porto Alegre: Bookman, 2016.

DIAZ Felix. **O processo de aprendizagem e seus transtornos** - Salvador: EDUFRA, 2011.

DUARTE, D.A. **O Ensino da Língua Portuguesa: perspectivas e contradições**. Programa de Desenvolvimento Educacional, 2008.

FRANCHI, C. **Linguagem: atividade constitutiva**. Cadernos de Estudos Linguísticos. Campinas, SP, n.22, 1992.

FAIRCLOUGH, Norma. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora UnB, 2001.

FERREIRA, Juliana Battistus Mateus. **O despertar da consciência crítica na alfabetização de crianças com o método Paulo Freire**; PUCPR, 2018.

FERREIRO, E. **Reflexões Sobre a Alfabetização**. 24. Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FERREIRA Jr., Amarílio. **História da Educação Brasileira: da Colonia ao século XX** / São Carlos: EdUFSCar, 2010. -(Coleção UAB-UFSCar).

FLEURY, M.T.L. **Pesquisa aplicada: conceitos e abordagens**. Anuário de pesquisa 2016-2017.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1989.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 26 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **A importância do ato de ler:** em três artigos que se completam. 37 ed. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **Educação e mudança.** 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GADOTTI, M. Colobarodares. **Perspectivas Atuais da Educação.** Porto Alegre; Artes Medicas Sul, 2020.

GARCIA, W. **Administração Educacional em crise.** São Paulo: Cortez, 2021.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed - 5. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2008.

GIACOMONI, M. PEREIRA, P. **Construindo jogos para o Ensino de História.** In: PEREIRA, 2013.

GRUPIONI, L.D.B. **Olhar longe, porque o futuro é longe: cultura, escola e professores indígenas no Brasil.** Universidade de São Paulo, 2005.

HUIZINGA, J. **Homo ludens: o jogo como elemento da cultura.** 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

KARL, Marx. Capítulo, VI (inedito). **O Capital: Crítica da Economia Política**"(1867) Manuscrito de 1863 a 1867 boitempol.

KISHIMOTO, T.M. **Jogo, Brinquedo, Brincadeira e a Educação.** 6. ed. São Paulo: CORTEZ, 1998.

LOPES, Janine Ramos. Maria Celeste Matos de Abreu. Maria Célia Elias Matos. (2010). **“Alfabetização e Letramento.** Acesso em 02 de dezembro de 2023.

LIMA, J. P. **A Viagem da volta: Etnicidade, Política e Reelaboração Cultural indígena** (Territórios Sociais, 2) Rio de Janeiro, Contra Capa, 2018.

LUCIANO, G. S. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje.** Brasília: MEC/SECAD; LACED/Museu Nacional, 2006.

MACHADO, A.. **Azytaby `u: trançadores de palavras e coisas** - 1. ed. - Rio de Janeiro: Ed. Do Autor, 2022.

MACHADO Maria Cristina Gomes; MORMUL Najla Mehanna: **Rui Barbosa e a educação brasileira: métodos e programas.** Série-Estudos_Campo Grande, MS, n 32,p 261-277, jul/dez 2011.

MELLO, G. **Formação inicial de professores para a Educação Básica.** São Paulo Perspec. vol.14 no.1 São Paulo Jan./Mar. 2000.

MELLO, G. N. **Ensino escolar, revista nova escola**. São Paulo. 2004: acesso em julho de 2022.

MICHEL, M. E. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MONTE, L. N. **Diário de classe: a construção do currículo indígena** [2001]. Disponível em < <http://www.publicacoes.inep.gov.br/detalhes.asp?pub=4114#>>. 2º ed. V, 3. Acessado em: 14 de Jun. de 2023.

MONTE, L.N. Textos para o currículo escolar indígena. In: SILVA, L. A. e FERREIRA, L.K.M. (org). **Práticas Pedagógicas na Escola Indígenas**. São Paulo, 1993.

PEREIRA, M.; FRANCO, A. T. **Saberes docentes constituídos na Prática Pedagógica de Professores da EJA indígena Potiguara na Baía da Traição -PB** Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

PERUZZO, C. M. K. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

RANGEL, E. O. **Propostas em Língua Portuguesa da BNCC focam na gramática e nos gêneros digitais** [2019]. Disponível em: <https://novaescola.org.br/bncc/conteudo/22/propostas-em-lingua-portuguesa-da-bncc-focam-na-gramatica-e-nos-generos-digitais> Acesso em: 06 de Jul. de 2023

RESENDE, V. M. Ramalho, V. **Análise Crítica do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2006.

QUELHAS, I. Linguagens, identidade, ensino: modos de pensar, modos de fazer. **Revista do Departamento de Letras**. Faculdade de Formação de Professores. Ano 8, nº16, jul/dez, 2008.

SACRISTÁN, J. G. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3. ed. [Tradução de Ernani F. da Fonseca Rosa]. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SAVIANI, D. **Pedagogia: o espaço da Educação na Universidade**. Cadernos de Pesquisa, v. 37. N. 130, p. 99-134, jan./abr. 2021.

SAVIANI, D. **“História do tempo e tempo da história”**: estudos de historiografia e história da educação. Campinas, SP: Autores Associados, 2015.

SAVIANI, D. **“História das ideias pedagógicas no Brasil”**. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SANTANA, C. L. S.; BORGES SALES, K. M. Aula em casa: Educação, tecnologias digitais e pandemia Covid-19. **Interfaces Científicas - Educação**, 10(1), 75-92. doi: <https://doi.org/10.17564/2316-3828.2020v10n1p75-92>, 2020.

SANTOS, A. C. D. **Jogos e atividades lúdicas na alfabetização**. Rio de Janeiro: Sprint, 2018.

SECCHI, D.; PRATES, E.L. **Currículos interculturais para escolas indígenas**; Novos desafios. Revista pedagógica, Chapecó, v.17, n 34, p, 117-132, jan/abr. 2015.

SOARES, J. C. A Aplicação Do Conceito De Cidade Inteligente No Turismo. **Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura**, 10(19), p. 128–145, 2022.

SOARES, M. B. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Leitura e escrita**. 26ª Reunião Anual da ANPED, Poços de Caldas, 2013.

SOARES, M. BATISTA; A. **Alfabetização e letramento: caderno do professor**. Belo Horizonte: Ceale/FaE/UFMG, 2015.

SOBREIRO, J.A.P. **Proposta de Desenvolvimento de instrumento de aplicação de atividades gamificadas para disciplinas do ensino superior**. Curitiba, 2017.

SILVA, Daniel Neves. **“Reforma protestante”**; Brasil Escola. Disponível em <https://brasilecola.uol.com.br/historiag/reforma-protestante.htm>. Acesso em junho de 2023.

SIMÕES, J; REDONDO, RD; VILAS, A F. **A social gamification framework for a K-6 learning platform**. **Computers in Human Behavior**. Instituto Superior Politécnico Gaya, Portugal: [s.n.]. 2012.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. rev. atual. São Paulo: Cortez, 2016.

SEVERINO, A. J. **Educação, Ideologia e contra ideologia**. São Paulo: EPU, 2021.

SCARPA, R. **Alfabetização** [2020]. Disponível em: [revistaescola.abril.com.br/alfabetização](https://revistaescola.abril.com.br/alfabetizacao) Acesso em: 06 de Jul. de 2023.

SOUTHIER, A. M. L. O ensino da leitura numa perspectiva interdisciplinar: uma proposta de ação. **Disciplinarum Scientia**. Série: Artes, Letras e Comunicação, Santa Maria, v. 4, n. 1, p. 185-201, 2013.

TEIXEIRA, L. **Como se ensina e se aprende a linguagem na educação infantil** [2018]. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/12700/como-se-ensina-e-se-aprende-a-linguagem-na-educacao-infantil> Acesso em: 06 de Jul. de 2023.

TREVISAN, R. **O que são os Campos de Experiência da Educação Infantil** [2019]. Disponível em: <https://novaescola.org.br/bncc/conteudo/58/o-que-sao-os-campos-de-experiencia-da-educacao-infantil> Acesso em: 06 de Jul. de 2023.

VYGOTSKY, L. S. **Psicologia Pedagógica**. Porto Alegre: Artmed, 1998.